Instituto Agropolos do Ceará

Pregão Eletrônico nº 116830/2026 *IAC/CE*
Número Licitacoes-e: 1101286

O **INSTITUTO AGROPOLOS DO CEARÁ – IACE**, por intermédio da pregoeira e dos membros da equipe de apoio designados por ato do Presidente deste Instituto, que ora integra os autos, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma Eletrônica.

1. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO: O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**

2. DA FORMA DE FORNECIMENTO: Por Demanda/Parcelada, sem obrigatoriedade de contratação de quantitativos mínimos pelo Instituto Agropolos do Ceará.

3. DA BASE LEGAL: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no disposto no presente edital e seus anexos. Lei Estadual nº 12.781/1997 e suas alterações;

4. DO OBJETO. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de locação de veículos automotores, sem motorista e sem fornecimento de combustível, com quilometragem livre, manutenção preventiva e corretiva, assistência técnica, rastreamento veicular e seguro total, destinados ao atendimento das necessidades operacionais, administrativas e técnicas do Instituto Agropolos do Ceará, no âmbito da execução dos Contratos de Gestão, Convênios, Termos de Fomento, Contratos de Repasse e demais instrumentos congêneres firmados com órgãos e entidades públicas ou privadas, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Edital.

5. DO ACESSO AO EDITAL E DO LOCAL DE REALIZAÇÃO

5.1. O edital está disponível gratuitamente nos *sítios* www.institutoagropolos.org.br e https://www.licitacoes-e2.bb.com.br.

5.2. O certame será realizado por meio do sistema do Licitacoes-e, no endereço eletrônico https://www.licitacoes-e2.bb.com.br.

6. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME

6.1. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09/10/2026, às 09:00h (Horário de Brasília)

6.2. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.

6.3. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, salvo comunicação contrária do pregoeiro.

Instituto Agropolos do Ceará

7. DO ENDEREÇO E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

7.1. Instituto Agropolos do Ceará, Rua Padre Valdevino, 2160, Dionísio Torres, CEP 60.135-414, Fortaleza, Ceará.

7.2. Horário de expediente: das 8h às 12h e das 13h às 17h.

8. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. As despesas decorrentes da contratação serão custeadas com recursos provenientes de Contratos de Gestão, Convênios, Termos de Fomento, Contratos de Repasse e demais instrumentos congêneres firmados com órgãos e entidades públicas ou privadas, firmados pelo Instituto Agropolos do Ceará, assim como as demandas e ações de interesse do Instituto, através de recursos próprios.

Dotação orçamentária gerenciamento de frotas nº 33.50.39.038.

9. DA PARTICIPAÇÃO

9.1. Os interessados em participar deste certame deverão estar devidamente credenciados junto ao sistema do Banco do Brasil S.A, na página eletrônica https://www.licitacoes-e2.bb.com.br.

9.1.1. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

9.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Comissão de Licitações responsável pelo processamento das licitações, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

9.3.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração, de sua desconexão ou de erros de utilização do sistema;

9.3.2. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo, a segurança ou à sua participação no certame, para imediata providência.

9.4. Não poderão disputar esta licitação:

9.4.1. Aquele que não atenda às condições deste edital e seus anexos;

9.4.2. Empresa em estado de insolvência civil, sob processo de falência, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação;

9.4.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, observado o § 1º do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

9.4.4. Empresas cujos dirigentes, gerentes ou sócios sejam empregados do Instituto Agropolos do Ceará;

9.4.5. Empresa com sócio cotista que tenha parentesco até o 3º grau (consanguinidade e/ou afinidade) com algum membro da comissão de licitação e demais colaboradores direta ou indiretamente envolvidos no processo licitatório;

9.4.5.1. A vedação é estendida a terceiros que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

9.4.6. Empresa estrangeira não autorizada a comercializar no país;

9.4.7. Empresa cujo estatuto ou contrato social não inclua em seu objetivo social atividade compatível com o objeto do certame;

9.4.8. Que tenham em comum um ou mais sócios cotistas e/ou prepostos com procuração;

9.4.9. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

9.4.9.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

9.4.10. Pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas nas hipóteses do §5º do art.14 da Lei nº 14.133/2021, ou que seja declarada inidônea nos termos da referida Lei.

9.5. É permitida a participação de consórcio, nos termos do Decreto Estadual nº 35.067/2022 e o art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as seguintes normas:

9.5.1. Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

9.5.2. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

9.5.2.1. O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, devendo comprovar o arquivamento na Junta Comercial e a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

9.5.3. Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

9.5.4. Os atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, possuem responsabilidade solidária de todos os seus integrantes;

9.5.4.1. O compromisso de constituição de consórcio e o contrato a ser celebrado pelo consórcio vencedor deverão conter cláusula de responsabilidade solidária;

9.5.5. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio;

9.5.6. A habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação;

9.5.6.1. Para cumprimento do subitem anterior, faz-se necessário também a demonstração, por todos os consorciados, do atendimento aos requisitos contábeis definidos neste edital e/ou seus anexos, quando houver.

10. DA MODIFICAÇÃO DO EDITAL

10.1. Constatada a necessidade de alteração deste edital antes da sessão pública de abertura do certame, o pregoeiro poderá adotar as seguintes providências:

10.1.1. rerratificação deste edital, desde que a alteração, inquestionavelmente, não comprometa a formulação de propostas pelos licitantes, mediante aviso a ser disponibilizado no sistema eletrônico para conhecimento de todos os interessados não implicando em adiamento da data de abertura desta licitação;

10.1.2. suspensão da licitação, quando a alteração comprometer a formulação de propostas pelos licitantes, a qual durará até a republicação deste edital em nova versão no sistema eletrônico, o qual definirá nova data de abertura desta licitação em prazo não inferior ao inicialmente estabelecido, sendo os avisos de suspensão e de abertura desta licitação publicados nos mesmos meios em que houver sido publicado o presente edital.

10.2. Havendo informações divergentes neste edital e seus anexos, o pregoeiro poderá dirimi-las por meio de rerratificação.

10.3. A constatação da necessidade de alteração deste edital após a abertura da licitação configurará hipótese de revogação ou de anulação do processo licitatório, conforme o caso.

11. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

11.1. Qualquer parte legítima para impugnar este edital, ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, no endereço eletrônico citado no subitem 11.3 abaixo.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por meio do sistema utilizado na realização do certame, no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da sessão pública. As respostas divulgadas vincularão os participantes e a Instituição.

11.2.1. As decisões do pregoeiro, se darão com embasamento nos pareceres e laudos emitidos pelas áreas técnicas e jurídicas do órgão e entidade promotora da licitação nos termos dos §§ 1º, 2º e 3º do art. 24 do Decreto nº 35.067/2022;

11.2.2. Na impossibilidade de resposta à impugnação no prazo citado no subitem 11.2, o pregoeiro poderá adiar a abertura da sessão pública, mediante aviso no sistema utilizado na realização do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados exclusivamente por meio eletrônico, no endereço licitacao@institutoagropolos.org.br, com a informação do nº do pregão e pregoeiro responsável.

11.3.1. As impugnações apresentadas deverão ser subscritas por representante legal mediante comprovação, sob pena do seu não conhecimento.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

12. DA PROPOSTA DE PREÇO E DA SUA APRESENTAÇÃO

12.1. A proposta de preço deverá ser elaborada na forma do Anexo II – Carta Proposta.

12.2. Os preços ofertados serão de inteira responsabilidade do licitante, não podendo o licitante, sob qualquer pretexto, postular sua majoração após a apresentação.

12.3. A validade da proposta de preço deverá ser de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contados a partir da data da sessão pública de abertura do pregão.

12.4. A proposta de preço deverá ser redigida em língua portuguesa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas.

12.5. O licitante deverá considerar no preço proposta a inclusão de todos os custos envolvidos na prestação dos serviços, tais como mão de obra, encargos sociais e fiscais, tributos, despesas administrativas, seguros, bem como outros custos decorrentes ou que venham a ser devidos em razão da contratação do objeto deste edital.

12.6. Não se admitirá proposta que apresente preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, ainda que não se tenha estabelecido limite mínimo, conforme o art. 59, II, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.7. O pregoeiro ao detectar, na fase de lances, propostas que apresente preço global ou por lote ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, ainda que não se tenha estabelecido limite mínimo, poderá descartar os lances quais sejam, conforme o art. 59, II, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.8. O pregoeiro ao observar, na fase de lances, que algum licitante realize atos intencionais e temerários, que possa resultar ao fracasso ou à frustração do presente certame licitatório, ao dar lances de propostas que apresentem preço global ou por lote ou unitário que frustrem a competitividade com apresentação de valores simbólicos, irrisórios ou de valores próximos ou iguais a zero, ou seja, incompatíveis com os preços de mercado, ainda que não se tenha estabelecido limite mínimo, poderá aplicar ao licitante responsável sanções e penalidades

previstas no Título IV - Das Irregularidades. Capítulo I - Das Infrações e Sanções, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.9. Os licitantes deverão cadastrar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

12.10. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

12.10.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

12.10.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

12.10.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

12.10.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

12.11. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.12. Declaração falsa relativa ao cumprimento do disposto nos itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/21 e neste Edital.

12.13. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

12.14. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

12.15. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

12.16. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

12.16.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

12.16.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

12.17. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

12.17.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

12.18. O valor final mínimo parametrizado na forma do item **12.17** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

12.19. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

12.20. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

13. DA ABERTURA DA SESSÃO

13.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico licitações-e do Banco do Brasil (Novo licitações-e), na data, horário e local indicados neste Edital.

13.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

13.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

13.4. Após a abertura da sessão pública do pregão, não caberá desistência da proposta, ficando o licitante desistente sujeito à aplicação das sanções previstas neste edital, salvo se a desistência resultar de motivo justo, devidamente comprovado, decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

14. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

14.1. Aberta a sessão pública do pregão, o pregoeiro verificar as propostas apresentadas e poderá desclassificar.

14.1.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

14.1.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

14.1.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação;

14.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente os licitantes que as tiver ofertado participarão da fase de lances.

14.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

15. DA FASE DE LANCES

MODO DE DISPUTA

15.1. Será adotado o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme disposto no art. 56, I e II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R$ 1.000,00 (um mil reais).

FASE COMPETITIVA

15.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

15.4. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do LOTE.

15.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

15.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

15.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

15.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

15.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

15.10. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

15.11. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

15.12. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

15.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

15.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

15.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

15.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízo dos atos praticados.

15.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

15.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

16. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

16.1. Os critérios de desempate somente serão aplicáveis se houver empate entre propostas iniciais iguais, ou seja, não seguidas de lances, classificadas com o melhor preço.

16.2. Havendo empate entre 2 (duas) ou mais propostas, serão utilizados, na ordem em que se encontram enumerados, os seguintes critérios de desempate:

16.2.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento;

16.2.2. após a finalização da etapa de lances **NÃO HAVERÁ NEGOCIAÇÕES DE PREÇOS**, sendo o lance final o preço a ser considerado para classificação e julgamento das propostas.

16.2.3. a proposta deverá conter todas as especificações do objeto em atendimento ao Anexo I – Termo de Referência.

16.3. Permanecendo o empate, não sendo possível sua resolução pelos critérios previstos neste edital ou pelas regras do modo de disputa adotado, será aplicada, de forma subsidiária, a ordem de critérios estabelecida no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

16.3.1. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

16.3.2. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; (Vide Decreto nº 11.430, de 2023);

16.3.3. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

16.3.4. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
b) empresas brasileiras;
c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

16.4. Para aplicação dos critérios previstos no item 16.3, a Pregoeira poderá solicitar documentação comprobatória aos licitantes empatados, fixando prazo para apresentação, assegurada a observância dos princípios da legalidade, isonomia, competitividade e julgamento objetivo.

16.5. A aplicação dos critérios de desempate observará estritamente a ordem estabelecida neste edital, sendo utilizado o critério subsequente apenas quando não houver solução pelo anterior.

17. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DA PROPOSTA

17.1. Para julgamento da proposta de preço será adotado o critério definido no preâmbulo deste edital, que servirá de base para definição do vencedor.

17.2. O pregoeiro convocará, via chat no sistema eletrônico, o licitante que tiver ofertado o menor preço para que encaminhe, no prazo máximo de 04 (quatro) horas a contar da solicitação, **a proposta de preço ajustada ao último lance ofertado**, na forma do Anexo II – Carta Proposta, preferencialmente em formato pdf., Word (.docx ou .doc) e ou Excel (.xlsx ou .xls), em arquivo único e "zipado", por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema eletrônico.

17.3. O não atendimento do disposto no subitem anterior, além de implicar na desclassificação da proposta de preço, sujeitará o licitante às penalidades previstas neste edital.

17.4. O pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta de preço classificada em primeiro lugar, ou que passe a ocupar essa posição em decorrência da desclassificação de outra que tenha obtido colocação superior, quanto à adequação ao objeto desta licitação e à compatibilidade do preço.

17.5. O pregoeiro poderá encaminhar a proposta de preço e a documentação complementar, se houver, à área técnica do Instituto Agropolos do Ceará, com vistas à obtenção de parecer acerca da aceitabilidade da proposta.

17.6. A retomada do pregão no sistema eletrônico será comunicada por intermédio do chat, no qual o pregoeiro informará aos licitantes o resultado da análise da proposta de preço e documentação complementar, se houver, ressaltando-se que:

17.6.1. caso haja recomendação de ajustes da documentação complementar, o pregoeiro definirá prazo para que o licitante envie nova versão com os ajustes indicados;

17.6.2. não será admitida, em hipótese alguma, a majoração do preço ofertado pelo licitante em razão dos ajustes solicitados, sob pena de desclassificação da proposta;

17.6.3. recebida a nova versão da proposta de preço e/ou documentação complementar, o pregoeiro poderá solicitar que a área técnica do Instituto Agropolos do Ceará emita novo parecer a respeito da aceitabilidade da proposta;

17.6.4. o pregoeiro decidirá, motivadamente, por nova solicitação de ajustes ou desclassificação da proposta.

17.7. Será desclassificada a proposta que:

17.7.1. contiver vícios insanáveis;

17.7.2. descumpra especificações técnicas constantes deste edital;

17.7.3. apresente preços manifestamente inexequíveis ou não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo pregoeiro;

17.7.4. apresente desconformidade com outras exigências deste edital, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

17.8. A desclassificação de proposta de preço será sempre fundamentada e registrada no sistema eletrônico, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

RESULTADO DO JULGAMENTO

17.9. Se a proposta de preço for considerada aceitável, será confirmada a sua classificação em primeiro lugar, ou, não sendo aceitável, o pregoeiro julgará como desclassificada a proposta de preço.

17.10. Havendo desclassificação da proposta de preço, bem como na hipótese de superveniente inabilitação do licitante, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua conformidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou um lance que atenda o presente edital, adotando, novamente, os procedimentos descritos no subitem **17.2.** deste edital.

17.11. Confirmada a classificação da proposta de preço em primeiro lugar, o pregoeiro dará início à fase de habilitação do licitante que a tiver ofertado, de acordo com os procedimentos

previstos no **item 18** deste edital, comunicando a retomada do pregão por intermédio do chat, de modo a possibilitar a análise quanto ao atendimento dos requisitos habilitatórios.

17.12. Somente caberá interposição de recurso contra o resultado da fase de julgamento da proposta após o término.

18. DA HABILITAÇÃO

DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. A fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 04 (QUATRO) HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro. A documentação de habilitação será verificada em relação ao licitante provisoriamente vencedor.

18.2. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

18.2.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas neste edital.

18.2.2. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado.

18.3. Os documentos apresentados deverão ser, obrigatoriamente em nome da licitante, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e todas as filiais. Caso a empresa seja vencedora, o contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

18.4. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

18.5. Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será adjudicado e homologado o procedimento pela autoridade competente.

18.6. Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

18.7. A não comprovação da regularidade fiscal, até o final do prazo estabelecido, implicará na decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado à pregoeira convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

18.8. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser acompanhados da tradução para língua portuguesa.

18.9. Os documentos têm que se encontrar dentro do prazo de validade. Na hipótese de o documento não constar expressamente o prazo de validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo

prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

HABILITAÇÃO JURÍDICA

18.10. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

a) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

b) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

c) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

d) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

f) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971

g) Número de Identidade e do Cadastro de Pessoa Física - CPF, do representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):.

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

18.11. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista consistirá em:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ativo, a empresa deverá comprovar em seu CNAE atividades econômicas compatíveis com o objeto deste edital;

b) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, atualizado;

c) Prova de regularidade para com as Fazendas: federal (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, devidamente atualizada;

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e considerando o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

18.12. Para fins de comprovação da qualificação técnica, a licitante deverá apresentar 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória de serviços de locação de veículos automotores compatíveis com o objeto desta contratação.

18.13. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter informações suficientes para permitir a identificação do emitente, da empresa prestadora dos serviços e das características essenciais dos serviços executados, incluindo, sempre que possível, quantitativos e período de execução.

18.14. Será admitido o somatório de atestados de capacidade técnica para fins de comprovação do quantitativo mínimo exigido, desde que os serviços apresentados sejam compatíveis com o objeto da contratação.

18.15. Para comprovação da capacidade técnico-operacional, a licitante deverá demonstrar experiência anterior na execução de serviços de locação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quantitativo máximo estimado de veículos desta contratação, correspondendo a, no mínimo, 63 (sessenta e três) veículos, admitido o somatório de atestados na forma do item 18.14.

18.16. Não será exigido que os veículos constantes dos atestados possuam exatamente as mesmas marcas, modelos, motorizações ou demais características técnicas previstas neste Termo de Referência, sendo suficiente a comprovação de experiência na gestão e execução de serviços de locação de frota de veículos automotores em quantitativo compatível com o exigido.

18.17. Os atestados poderão ser objeto de diligência pelo CONTRATANTE para confirmação de sua autenticidade e das informações neles contidas, podendo ser solicitados documentos complementares estritamente necessários à comprovação da experiência declarada.

18.18. Quando solicitado em diligência, a licitante deverá disponibilizar informações que permitam contato com o emitente do atestado, bem como apresentar contratos, notas fiscais, ordens de serviço ou outros documentos idôneos relacionados à execução indicada no atestado, exclusivamente para fins de esclarecimento ou confirmação das informações apresentadas.

18.19. Não serão aceitos documentos que, isoladamente, consistam apenas em declarações emitidas pela própria licitante como comprovação de sua capacidade técnico-operacional.

CAPACIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA

18.20. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, sendo aferida mediante a apresentação da seguinte documentação, nos termos dos arts. 69 e 70 da Lei nº 14.133/2021:

a) Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede da pessoa jurídica, exceto para as sociedades cooperativas (art. 4º da Lei nº 5.764/1971);

b) Na hipótese de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá comprovar o acolhimento judicial do plano de recuperação (art. 58 da Lei nº 11.101/2005) ou a sua homologação judicial, respectivamente, demonstrando sua aptidão econômica e financeira;

c) Balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, salvo o disposto nas alíneas "g" e "h";

d) A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante a obtenção dos índices de **Liquidez Geral (LG)** e **Liquidez Corrente (LC)** superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

- **I - Liquidez Geral (LG)** = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);
- **II - Liquidez Corrente (LC)** = Ativo Circulante / Passivo Circulante;

e) O atendimento dos índices econômico-financeiros previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil (art. 69, § 1º da Lei nº 14.133/2021);

f) As empresas deverão comprovar Patrimônio Líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado do lote/contratação para o qual concorrem, como condição complementar de habilitação (art. 69, § 4º da Lei nº 14.133/2021);

g) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (art. 65, § 1º da Lei nº 14.133/2021);

h) Os documentos referidos na alínea "c" limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (art. 69, § 6º da Lei nº 14.133/2021);

DOS DEMAIS DOCUMENTOS HABILITATÓRIOS

18.21. Declaração do licitante de que não possui em seu quadro funcional nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, na forma do artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o **ANEXO III**.

18.22. Carta de Aceitação das Diretrizes de Anticorrupção e do Sistema de Sanções Banco Mundial, conforme o **ANEXO V.**

18.23. Formulário De Autocertificação, conforme o **ANEXO VI.**

18.24. O Licitante estrangeiro, caso seja considerado o vencedor desta licitação, deverá apresentar os documentos de habilitação equivalentes, de seu país de origem, aos exigidos dos Licitantes nacionais.

19. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

19.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

19.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

19.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo de 15 (quinze) minutos, contado da divulgação da decisão no sistema, sob pena de preclusão;

19.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

19.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

19.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

19.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

19.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

19.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

20. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

20.1. O pregoeiro poderá determinar o retorno à fase de sessão pública, consistente na sua reabertura, quando:

20.1.1. houver a anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que deles dependam;

20.1.2. ocorrer erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato ou não comprovar a regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1o, da Lei Complementar no 123/2006, sendo adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

20.2. Havendo a necessidade de reabertura da sessão pública do pregão, o pregoeiro convocará, por meio do sistema eletrônico, via chat, os licitantes remanescentes para acompanhá-la, de acordo com a fase da licitação.

20.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem **27.10**, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema eletrônico com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

21. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

21.1. Encerrada a fase de habilitação e exauridos os recursos administrativos, se houver, o pregoeiro encaminhará o processo licitatório, devidamente instruído, à autoridade superior, que poderá:

21.1.1. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

21.1.2. recomendar a revogação da presente licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

21.1.3. recomendar que se proceda à anulação da presente licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

21.1.4. adjudicar o objeto e homologar a presente licitação.

21.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam.

21.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

21.4. Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados, na forma do subitem **27.22.2.** deste edital.

21.5. A homologação do resultado implica a constituição de direito relativo à celebração do contrato em favor do licitante vencedor.

22. DA CONTRATAÇÃO

22.1. Após a homologação do resultado da licitação, o Instituto Agropolos do Ceará convocará o licitante vencedor para, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de sua convocação, assinar o instrumento contratual, em conformidade com o **Anexo IV – Minuta de Contrato**, podendo o referido prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação e justificativa apresentadas pelo licitante vencedor, aceitas pelo Instituto.

22.2. Tanto a convocação quanto a assinatura do instrumento contratual dar-se-ão, preferencialmente, por meio eletrônico.

22.3. O Instituto Agropolos do Ceará poderá requerer do licitante vencedor o envio de documentação relativa a seu representante legal que assinará o contrato, de modo a

comprovar os poderes para tal, cabendo ao licitante vencedor o envio, incontinenti, da documentação solicitada na forma que for indicada.

22.4. A convocação do licitante vencedor para assinatura do instrumento contratual deverá ser efetivada dentro do prazo de validade de sua proposta, admitida a sua revalidação, se for o caso.

22.5. Vencido o prazo de validade da proposta, sem a convocação para a contratação, ficará o licitante vencedor liberado do compromisso assumido, ressalvado o disposto no subitem 22.6 abaixo.

22.6. A assinatura do instrumento contratual pelo licitante vencedor, estando a sua proposta vencida, corresponderá à aceitação do licitante vencedor dos termos da contratação, presumindo-se como automaticamente revalidada a sua proposta até a data da assinatura do instrumento contratual.

22.7. Como condição de assinatura do instrumento contratual, o licitante vencedor deverá manter todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

22.8. É facultado ao Instituto Agropolos do Ceará, quando o adjudicatário não fizer a comprovação referida no subitem anterior ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o instrumento contratual no prazo e condições estabelecidos, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital:

22.8.1. convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios, assinar o instrumento contratual no prazo definido no subitem 22.1 e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado;

22.8.2. revogar a presente licitação.

22.9. A forma de pagamento, prazo contratual, reajuste, recebimento e demais condições aplicáveis à contratação estão definidas nos Anexos I e IV – Termo de Referência e Minuta do Contrato, ambos parte integrante deste edital.

23. DA SUBCONTRATAÇÃO. Não será admitida a subcontratação.

24. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

24.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei n° 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

24.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

24.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

24.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado;

24.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

24.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva ou;

24.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

24.1.3. Não celebrar contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

24.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

24.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

24.1.5. Fraudar a licitação;

24.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

24.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

24.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

24.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

24.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei n° 12.846/2013.

24.2. Com fulcro na Lei n° 14.133/2021, o Instituto Agropolos poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

24.2.1. Advertência;

24.2.2. Multa;

24.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

24.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

24.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

24.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida:

24.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

24.3.3. As circunstancias agravantes ou atenuantes;

24.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

24.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

24.4. A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado, conforme §3° do art. 156 da Lei n° 14.133/2021.

24.4.1. A multa será recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

24.4.1.1. Para as infrações previstas nos itens 24.1.1, 24.1.2 e 24.1.3, a multa será de 5% (cinco por cento) do valor do contrato licitado.

24.4.1.2. Para as infrações previstas nos itens 24.1.4, 24.1.5, 24.1.6, 24.1.7 e 24.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

24.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

24.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

24.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 24.1.1, 24.1.2 e 24.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar junto ao Instituto Agropolos do Ceará, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

24.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 24.1.4, 24.1.5, 24.1.6, 24.1.7 e 24.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 24.1.1, 24.1.2 e 24.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cujo duração observará o prazo previsto no art. 156, §5°, da Lei 14.133/2021.

24.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Instituto Agropolos do Ceará, descrita no item 24.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades.

24.10. O licitante recolherá a multa por meio de transferência bancaria ao Instituto Agropolos do Ceará, podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do Instituto.

25. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

25.1. O Banco tem como política exigir dos Mutuários (inclusive dos beneficiários de financiamento do Banco), licitantes (consultor/proponentes), consultores, prestadores e fornecedores, terceirizados, consultores terceirizados, prestadores de serviços ou fornecedores, agentes (declarados ou não) e qualquer um de seus funcionários, que se pautem pelo mais alto padrão ético e se abstenham de envolvimento em práticas de fraude e corrupção nos processos de aquisição, seleção e execução de contratos por ele financiados.

25.1.1. Para tanto:

a. Para os fins desta disposição, o Banco dá aos termos abaixo as seguintes definições:

i. "prática corrupta' significa oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, coisa de valor com a intenção de influenciar de forma indevida o modo de agir de terceiros;

ii. "prática fraudulenta' refere-se a qualquer ação ou omissão, inclusive declarações inverídicas, que, de forma intencional ou irresponsável, induza ou busque induzir uma parte a erro com o objetivo de obter benefício financeiro ou de outra natureza ou de evitar uma obrigação;

iii. "prática colusiva' refere-se a uma combinação entre duas ou mais partes para alcançar um objetivo escuso, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;

iv. "prática coercitiva' significa causar prejuízo ou dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte ou à sua propriedade, para influenciar as ações de uma parte;

v. "prática obstrutiva' significa:

(a) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de obstruir investigação do Banco referente a supostas práticas de corrupção, fraude, coerção ou conluio; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento; ou

(b) atos que tenham como objetivo impedir o Banco de exercer seu direito a inspeções ou auditorias, previsto no parágrafo 2.2 e abaixo.

b. O Banco rejeitará propostas de adjudicação se verificar que a empresa ou a pessoa física recomendada para adjudicação do contrato, qualquer um dos seus funcionários ou seus agentes, consultores terceirizados, fornecedores terceirizados, prestadores de serviços e/ou os funcionários destes, teve envolvimento, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, de conluio, coerção ou obstrução quando concorreu ao contrato em questão;

c. Além das tutelas judiciais previstas no correspondente Acordo Legal, o Banco poderá tomar outras medidas cabíveis, entre elas declarar a aquisição viciada, se concluir, em qualquer momento, que os representantes do Mutuário ou de um beneficiário de uma parcela qualquer dos recursos do empréstimo tiveram envolvimento em práticas corruptas, fraudulentas, de conluio, coerção ou obstrução durante o processo de aquisição, seleção e/ou execução do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha tomado oportunamente as medidas cabíveis, a contento do Banco, para combater essas práticas quando ocorrerem, inclusive ao não cientificar o Banco quando tomar conhecimento dessas práticas;

d. Será objeto de sanções pelo Banco qualquer empresa ou pessoa física, conforme as Diretrizes Anticorrupção do Banco e as políticas e procedimentos vigentes sobre aplicação de sanções estabelecidas no Sistema de Sanções do Grupo Banco Mundial, se ficar constatado, em qualquer momento, seu envolvimento em Fraude e Corrupção em processos de aquisição, na seleção e/ou na execução de um contrato financiado pelo Banco;

e. O Banco solicita que os documentos de Solicitação de Ofertas/Propostas e os contratos financiados com empréstimo por ele concedido contenham cláusula por meio da qual os licitantes (candidatos/proponentes), consultores, prestadores e fornecedores, assim como seus prestadores e consultores terceirizados, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores se obrigam a autorizá-lo a inspecionar todas as contas e registros, além de outros documentos referentes ao processo de aquisição, seleção e execução do contrato, e a submetê-los a auditoria a cargo de profissionais por ele designados;

f. as operações a serem financiadas pelo Banco usando métodos de aquisição oficiais do país, bem como nas PPPs, o processo de aquisição, seleção e/ou execução do contrato do Banco exige que os licitantes (candidatos/proponentes) e consultores que apresentam ofertas/propostas se comprometam a aceitar a aplicação das Diretrizes Anticorrupção e a observá-las, durante o processo de aquisição, seleção e/ou execução do contrato, incluindo o direito do Banco de aplicar sanções, estabelecido no parágrafo 2.2 d., e de inspecionar e auditar, estabelecido no parágrafo 2.2 e. Os Mutuários consultarão e aplicarão as listas de empresas e pessoas físicas suspensas ou impedidas de contratar com o Banco. Caso o

Mutuário firme contrato com empresa ou pessoa física suspensa ou impedida pelo Grupo Banco Mundial, o Banco não financiará as despesas correspondentes e estará facultado a aplicar outras medidas cabíveis; e

g. Quando uma agência da Organização das Nações Unidas (ONU) for selecionada pelo Mutuário para a aquisição de bens, obras, serviços técnicos e assistência técnica, conforme disposto nos parágrafos 6.47, 6.48, 7.27 e 7.28 do Regulamento de Aquisições, no âmbito de contrato firmado entre o Mutuário e a agência da ONU, o Banco exigirá que as disposições do parágrafo 2 deste Anexo relativamente às sanções por Fraude ou Corrupção sejam aplicadas na sua totalidade a todos os fornecedores, consultores, fornecedores e consultores terceirizados, prestadores de serviços e seus funcionários, que firmaram contratos com a agência da ONU. Como exceção ao disposto acima, os parágrafos 11.2 d. e 11.2 e. não se aplicarão à agência da ONU nem aos seus funcionários, e o parágrafo 11.2 e. não se aplicará aos contratos entre a agência da ONU e seus fornecedores e prestadores de serviço.

Nesses casos, a agência da ONU aplicará suas próprias normas e regras para investigar alegações de Fraude ou Corrupção, sem prejuízo das cláusulas e condições que o Banco e a agência da ONU possam acordar, inclusive a obrigação de informar periodicamente o Banco das decisões e medidas tomadas. O Banco se reserva o direito de exigir que o Mutuário invoque medidas como as de suspensão ou rescisão. As agências da ONU consultarão a lista de empresas e pessoas físicas suspensas ou impedidas elaborada pelo Grupo Banco Mundial. Caso a agência da ONU firme contrato ou ordem de compra com empresa ou pessoa física suspensa ou impedida pelo Grupo Banco Mundial, o Banco não financiará as despesas correspondentes e estará facultado a aplicar outras medidas cabíveis.

25.2. Com a concordância expressa do Banco, o Mutuário poderá inserir nos documentos de Solicitação de Ofertas/Propostas referentes a contratos financiados com seus recursos exigência de que o licitante ou consultor se comprometa a observar, durante o Processo de Aquisição, a legislação do país relativa à fraude e corrupção (inclusive suborno), conforme tenha sido identificada nos documentos de Solicitação de Ofertas/Propostas. O Banco aceitará a inclusão dessa exigência a pedido do Mutuário, desde que as disposições aplicáveis lhe sejam satisfatórias.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

26.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.4. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e esta Instituição não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.5. Na contagem dos prazos estabelecidos em dias neste edital, excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste edital se iniciam e se vencem somente em dia de expediente no Instituto Agropolos do Ceará.

26.6. Nos termos do art. 132, §4°, da Lei n° 10.406 de 10 de janeiro de 2002, os prazos fixados por hora contar-se-ão de minuto a minuto.

26.7. Quanto aos prazos fixados em dias, quando se encerrarem em dia não útil ou que não tenha expediente no Instituto Agropolos do Ceará, serão imediatamente prorrogados até o término da última hora útil do dia subsequente em que haja expediente.

26.8. São consideradas horas úteis aquelas compreendidas entre as 8h00 e as 17h00, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

26.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

26.10. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

26.11. É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam constar originariamente na proposta e na documentação de habilitação.

26.12. Com respaldo no Acórdão 2443/2021-TCU-Plenário e no art. 75, §1º, do Decreto Estadual nº 35.067/2022, a vedação à inclusão posterior de documentos referentes à habilitação e/ou proposta deve se restringir aos que a licitante não dispunha materialmente no momento da disputa. Serão aceitos novos documentos, desde que apenas venham a atestar condição preexistente à abertura da sessão pública do certame, sendo facultado ao pregoeiro realizar diligência para obtê-los.

26.13. Havendo a necessidade de envio de documentos complementares, o licitante será convocado, sob pena de inabilitação ou desclassificação, a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, podendo ser prorrogável ou não, por igual período, a critério da Administração.

26.14. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

26.15. A documentação de habilitação deverá ser apresentada dentro do prazo de validade.

26.16. Na hipótese de o documento não constar expressamente o prazo de validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico - financeira.

26.17. O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital e/ou pelo pregoeiro ou o não atendimento às solicitações ensejará em DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO.

26.18. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

26.19. O pregoeiro, no caso de suspeita de fraude na documentação apresentada em sistema eletrônico, solicitará ao licitante a apresentação do respectivo documento, para fins de atestar sua autenticidade, sob pena de inabilitação/desclassificação.

26.20. A comprovação prevista no subitem anterior, dar-se-á por meio de documentos originais ou por qualquer outro documento em cópia autenticada.

26.21. O processo administrativo poderá ser solicitado pelo e-mail: licitacao@institutoagropolos.org.br, com a qualificação do interessado ou a comprovação de representação, quando for o caso.

26.22. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, atendido o disposto a seguir:

26.22.1. a anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera a obrigação de indenizar, entretanto, a nulidade da licitação induz à do contrato;

26.22.2. depois de iniciada a fase de apresentação de lances ou propostas, a revogação ou anulação somente será efetivada depois de se conceder o prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis aos licitantes que manifestarem interesse em contestar o respectivo ato, de modo a lhes assegurar o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

26.23. A partir da apresentação da proposta no procedimento, independentemente de declaração ou de aceitação expressa, a empresa passa a ser obrigada a cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou da execução do objeto.

26.24. Destaca-se que dados pessoais apresentados pelos licitantes nos documentos de habilitação ou proposta constarão no processo e poderão ser acessados por terceiros, tendo em vista a natureza pública dos procedimentos licitatórios.

27. DO FORO

27.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Fortaleza.

28. DOS ANEXOS

28.1. Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II – CARTA PROPOSTA
ANEXO III – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO
ANEXO V - CARTA DE ACEITAÇÃO DAS DIRETRIZES DE ANTICORRUPÇÃO E DO SISTEMA DE SANÇÕES BANCO MUNDIAL

Instituto
Agropolos
do Ceará

ANEXO VI - FORMULÁRIO DE AUTOCERTIFICAÇÃO

Fortaleza - CE, 24 de setembro de 2026.

Valônia Freitas de Vasconcelos
Pregoeira

Raynna Menezes Santiago
Aprovado:
Coordenadoria Jurídica

Instituto Agropolos do Ceará

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de locação de veículos automotores, sem motorista e sem fornecimento de combustível, com quilometragem livre, manutenção preventiva e corretiva, assistência técnica, rastreamento veicular e seguro total, destinados ao atendimento das necessidades operacionais, administrativas e técnicas do Instituto Agropolos do Ceará, no âmbito da execução dos Contratos de Gestão, Convênios, Termos de Fomento, Contratos de Repasse e demais instrumentos congêneres firmados com órgãos e entidades públicas ou privadas, conforme especificações, quantitativos, condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. A disponibilização dos veículos ocorrerá conforme a necessidade e demanda do Instituto Agropolos do Ceará, observados os quantitativos máximos previstos neste Termo de Referência, não constituindo tais quantitativos garantia de contratação, utilização ou faturamento integral durante a vigência contratual.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por finalidade assegurar a disponibilidade de veículos necessários ao atendimento das demandas operacionais, administrativas e técnicas do Instituto Agropolos do Ceará, no âmbito da execução dos Contratos de Gestão, Convênios, Termos de Fomento, Contratos de Repasse e demais instrumentos congêneres vigentes, bem como daqueles que venham a ser celebrados durante a vigência contratual, garantindo condições adequadas para o desenvolvimento das ações institucionais e o cumprimento das metas pactuadas.

2.2. O Instituto Agropolos do Ceará atua na execução de projetos, programas e ações de ampla abrangência territorial, que envolvem, dentre outras atividades, assistência técnica, extensão rural, supervisão e acompanhamento de campo, monitoramento, fiscalização, capacitações, reuniões técnicas, eventos institucionais, visitas de acompanhamento e articulação com parceiros. A execução dessas atividades demanda deslocamentos frequentes de empregados, colaboradores, consultores e equipes técnicas para municípios de diversas regiões do Estado do Ceará, inclusive em áreas rurais e localidades de difícil acesso.

2.3. Considerando a dinâmica de execução dos instrumentos firmados pelo Instituto, a variação das demandas operacionais e a possibilidade de celebração de novos instrumentos durante a vigência contratual, torna-se necessária a disponibilização de frota compatível com as necessidades institucionais, permitindo sua utilização de forma flexível e conforme a demanda efetivamente verificada, de modo a assegurar continuidade, eficiência e celeridade na execução das atividades.

2.4. A adoção do modelo de locação mostra-se adequada sob os aspectos operacional e econômico, uma vez que transfere à CONTRATADA, nos limites e condições estabelecidos neste Termo de Referência, responsabilidades relacionadas à disponibilização dos veículos, manutenção preventiva e corretiva, assistência técnica, licenciamento, seguros, rastreamento e substituição dos veículos quando necessária, reduzindo a necessidade de imobilização de recursos e os encargos administrativos e operacionais inerentes à manutenção de frota própria.

2.5. A contratação permitirá, ainda, maior flexibilidade na gestão da frota, possibilitando ao Instituto adequar a quantidade de veículos efetivamente disponibilizados às necessidades decorrentes da execução de seus instrumentos, observados os limites estabelecidos neste Termo de Referência, sem que os quantitativos máximos estimados representem obrigação de utilização ou faturamento integral.

2.6. Dessa forma, a contratação visa assegurar condições adequadas de mobilidade às equipes do Instituto Agropolos do Ceará, contribuindo para a continuidade das atividades, o atendimento das metas pactuadas e a adequada execução dos instrumentos sob sua responsabilidade.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. Os veículos a serem disponibilizados deverão atender, no mínimo, às especificações técnicas, características e quantitativos estabelecidos neste item, sem prejuízo das demais condições e exigências previstas neste Termo de Referência.

LOTE 01					
ITEM	QTD DE VEICULOS (A)	DESCRITIVO DO OBJETO	VALOR UNIT. (R$) (B)	VALOR MENSAL TOTAL ESTIMADO (C = A X B)	VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO (D = C X 12 MESES)
01	100	**VEÍCULO AUTOMOTOR DE PASSEIO, TIPO HATCH,** zero quilômetro, ano/modelo 2026/2027, motor mínimo 1.0 turbo flex, potência mínima de 115 cv, transmissão manual de no mínimo 05 marchas, capacidade para 05 ocupantes e 05 portas. Equipado com direção elétrica ou hidráulica, ar-condicionado, vidros, travas e retrovisores elétricos, freios ABS, controles de estabilidade e tração, mínimo de 04 airbags, central multimídia com Android Auto e Apple CarPlay, câmera de ré e sensor de estacionamento traseiro. Tanque mínimo de 44 litros, equipamentos obrigatórios conforme legislação vigente, rastreamento veicular com plataforma online e relatórios gerenciais, seguro total, quilometragem livre, sem motorista e sem combustível.	R$ 3.404,80	R$ 340.480,00	R$ 4.085.760,00
02	25	**VEÍCULO AUTOMOTOR DE PASSEIO, TIPO SEDAN,** zero quilômetro, ano/modelo mínimo 2026/2027, motor mínimo 1.0 turbo ou 1.3 aspirado, flex, potência mínima de 107 cv, transmissão manual de no mínimo 05	R$ 4.001,84	R$ 100.046,00	R$ 1.200.552,00

		marchas, capacidade para 05 ocupantes e mínimo de 04 portas. Equipado com direção hidráulica ou elétrica, ar-condicionado, vidros, travas e retrovisores elétricos, freios ABS, controles de estabilidade e tração, mínimo de 04 airbags, central multimídia com Android Auto e Apple CarPlay, câmera de ré e sensor de estacionamento traseiro. Tanque mínimo de 44 litros, equipamentos obrigatórios conforme legislação vigente, rastreamento veicular com plataforma online e relatórios gerenciais, seguro total, quilometragem livre, sem motorista e sem combustível.			
03	01	Verba Provisionada - estimativa destinada ao ressarcimento de despesas decorrentes de sinistros, avarias e pagamento de franquias de seguro de veículos locados, quando a responsabilidade for atribuída à CONTRATANTE, mediante comprovação documental e autorização do gestor do contrato. Item de valor fixo, não sujeito à disputa, desconto ou alteração pelos licitantes, sendo pago apenas quando efetivamente utilizado.	-	-	R$ 110.000,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA DO LOTE R$ 5.396.312,00					

3.2. As especificações estabelecidas neste Termo de Referência constituem requisitos mínimos, admitindo-se o fornecimento de veículos com características técnicas superiores, desde que compatíveis com o objeto contratado e sem qualquer acréscimo de preço ou ônus para o CONTRATANTE.

3.3. Todos os veículos disponibilizados deverão atender às condições gerais da contratação relativas à quilometragem livre, manutenção preventiva e corretiva, assistência, rastreamento, seguro total, documentação e demais obrigações estabelecidas nos capítulos específicos deste Termo de Referência.

3.4. Os quantitativos indicados para os Itens 01 e 02 correspondem aos limites máximos estimados da contratação, sendo a disponibilização dos veículos realizada conforme solicitação e necessidade do CONTRATANTE, não constituindo os quantitativos estimados garantia de utilização ou faturamento integral.

4. DO TIPO DE LOCAÇÃO

4.1. A contratação será executada sob o regime de locação mensal, por demanda, de veículos automotores, sem motorista e sem fornecimento de combustível, com quilometragem livre, manutenção preventiva e corretiva, assistência técnica, rastreamento veicular e seguro

total, observadas as especificações, condições e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

4.2. Os veículos serão disponibilizados mediante solicitação do CONTRATANTE, de acordo com sua necessidade, podendo ser requerida a totalidade ou apenas parte dos quantitativos máximos estimados previstos neste Termo de Referência, sem que tais quantitativos constituam garantia de utilização ou faturamento integral.

4.3. O valor da locação será mensal e devido exclusivamente em relação aos veículos efetivamente solicitados e disponibilizados ao CONTRATANTE, não sendo devido à CONTRATADA qualquer pagamento pela mera previsão dos quantitativos máximos estimados.

4.4. A locação será realizada com quilometragem livre, não sendo devido à CONTRATADA qualquer valor adicional em razão da quilometragem percorrida pelos veículos durante o período de sua disponibilização.

4.5. Quando a disponibilização inicial ou a devolução definitiva do veículo ocorrer no curso do período mensal de faturamento, o valor da locação será calculado proporcionalmente aos dias de efetiva disponibilização do veículo ao CONTRATANTE.

4.6. Os veículos serão utilizados por condutores devidamente habilitados e autorizados pelo CONTRATANTE, podendo trafegar em áreas urbanas e rurais, em rodovias e estradas pavimentadas ou não pavimentadas, bem como em deslocamentos intermunicipais e interestaduais, conforme as necessidades decorrentes das atividades institucionais.

4.7. O fornecimento de combustível será de responsabilidade do CONTRATANTE, não integrando o preço da locação.

4.8. Os veículos deverão ser entregues com o tanque de combustível abastecido e devolvidos, ao término da locação, em condições equivalentes de abastecimento, ressalvadas situações formalmente acordadas entre as partes.

5. DA VERBA PROVISIONADA PARA RESSARCIMENTO DE SINISTROS E AVARIAS

5.1. Será prevista verba estimativa no valor de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), destinada exclusivamente ao ressarcimento de despesas decorrentes de sinistros, avarias e, quando cabível, franquias de seguro relacionadas aos veículos locados, desde que a responsabilidade pelo evento seja comprovadamente atribuída ao CONTRATANTE, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.2. A verba prevista neste item possui natureza exclusivamente estimativa, não integra a disputa de preços da contratação e não estará sujeita a desconto, acréscimo ou alteração pelos licitantes, não constituindo garantia de faturamento, pagamento mínimo ou qualquer direito de recebimento pela CONTRATADA.

5.3. A ocorrência de sinistro, avaria ou dano no veículo, por si só, não implicará reconhecimento automático de responsabilidade do CONTRATANTE nem gerará obrigação imediata de ressarcimento, devendo ser previamente apuradas as circunstâncias do evento, sua causa, a responsabilidade pelo dano, a cobertura securitária aplicável e o efetivo prejuízo suportado pela CONTRATADA.

5.4. O eventual ressarcimento ficará condicionado, conforme a natureza da ocorrência, à apresentação pela CONTRATADA de documentação comprobatória suficiente, incluindo, quando aplicável:

5.4.1. comunicação formal da ocorrência, contendo identificação do veículo, data, local e descrição circunstanciada do evento;

5.4.2. registro fotográfico das avarias;

5.4.3. Boletim de Ocorrência, laudo, relatório ou outro documento pertinente à ocorrência, quando cabível;

5.4.4. documentação emitida pela seguradora contendo a caracterização do sinistro, cobertura aplicável e eventual valor da franquia;

5.4.5. orçamento, nota fiscal, recibo ou documento equivalente que demonstre o valor efetivamente despendido com o reparo, quando cabível;

5.4.6. demais documentos solicitados pelo gestor ou fiscal do contrato necessários à adequada apuração da ocorrência.

5.5. Nos eventos cobertos pelo seguro contratado, a CONTRATADA deverá adotar previamente as providências necessárias ao acionamento da respectiva cobertura securitária, não podendo ser transferidos ao CONTRATANTE valores cuja responsabilidade seja da seguradora ou que estejam compreendidos nas coberturas contratadas.

5.6. Quando houver franquia prevista na apólice de seguro e ficar comprovada a responsabilidade do CONTRATANTE pelo evento, eventual ressarcimento ficará limitado ao valor da franquia efetivamente exigida pela seguradora, observado o limite do prejuízo efetivamente comprovado, vedado qualquer pagamento em duplicidade ou valor superior ao efetivamente suportado pela CONTRATADA.

5.7. Quando o custo comprovado para reparação do dano for inferior ao valor da franquia aplicável, eventual ressarcimento ficará limitado ao custo efetivo do reparo, desde que devidamente comprovado e reconhecida a responsabilidade do CONTRATANTE.

5.8. Não serão objeto de ressarcimento por meio da verba estimativa:

5.8.1. despesas decorrentes de manutenção preventiva ou corretiva atribuídas à CONTRATADA;

5.8.2. desgaste natural decorrente da utilização regular dos veículos;

5.8.3. defeitos mecânicos, elétricos, eletrônicos ou estruturais não decorrentes de ato imputável ao CONTRATANTE;

5.8.4. vícios de fabricação;

5.8.5. substituição de peças, componentes, pneus ou acessórios decorrente do uso normal ou do término de sua vida útil;

5.8.6. despesas abrangidas pelo seguro contratado ou de responsabilidade da seguradora, ressalvada eventual franquia nas condições previstas neste Termo de Referência;

5.8.7. danos preexistentes à entrega do veículo ao CONTRATANTE;

5.8.8. despesas decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais ou legais da própria CONTRATADA.

5.9. A CONTRATADA não poderá promover reparo ou substituição relacionado a avaria cuja despesa pretenda imputar ao CONTRATANTE sem prévia comunicação ao gestor ou fiscal do contrato, ressalvadas as medidas emergenciais indispensáveis à segurança das pessoas, preservação do veículo ou desobstrução da via, que deverão ser devidamente justificadas e comprovadas.

5.10. O reconhecimento da responsabilidade e a autorização para ressarcimento competirão ao CONTRATANTE, mediante manifestação do gestor ou fiscal do contrato e análise da documentação apresentada, sem prejuízo da adoção de outras providências administrativas necessárias à apuração da ocorrência.

5.11. O pagamento ficará limitado ao valor efetivamente comprovado, reconhecido e autorizado pelo CONTRATANTE, observados o saldo disponível da verba estimativa e as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.12. Os valores da verba estimativa não utilizados durante a vigência contratual não gerarão à CONTRATADA qualquer direito a pagamento, indenização, compensação financeira ou incorporação ao valor contratual executado.

6. DO DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

6.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar os veículos definitivos zero quilômetro, ano/modelo mínimo 2026/2027, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, admitindo-se, durante o período necessário à disponibilização da frota definitiva, o fornecimento de veículos provisórios seminovos, de categoria e características técnicas equivalentes ou superiores às exigidas, sem qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE.

6.1.1. Para fins desta contratação, serão considerados veículos provisórios seminovos aqueles com até 03 (três) anos de fabricação e quilometragem máxima de 30.000 (trinta mil) quilômetros no momento de sua disponibilização ao CONTRATANTE.

6.1.2. O CONTRATANTE poderá recusar veículo provisório que, embora enquadrado nos limites de idade e quilometragem estabelecidos, apresente condições de conservação, funcionamento, segurança ou estado geral incompatíveis com a adequada execução dos serviços, cabendo à CONTRATADA providenciar sua substituição nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

6.2. Os veículos provisórios deverão ser disponibilizados no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação formal do CONTRATANTE, e permanecerão à disposição até a efetiva substituição pelos veículos definitivos.

6.3. Os veículos definitivos zero quilômetro deverão ser disponibilizados no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da solicitação formal do CONTRATANTE, salvo prazo diverso expressamente estabelecido no instrumento contratual.

6.3.1. Quando a solicitação de disponibilização de veículo ocorrer em período inferior a 90 (noventa) dias do término da vigência contratual, será admitida a utilização de veículo provisório até o encerramento da contratação, desde que este atenda integralmente às condições e especificações estabelecidas neste Termo de

Referência para os veículos provisórios, não sendo exigida sua substituição por veículo definitivo zero quilômetro caso o prazo para disponibilização deste ultrapasse o término da vigência contratual.

6.3.2. Caso a vigência contratual seja prorrogada antes de seu encerramento e ainda esteja em curso o prazo de 90 (noventa) dias previsto no item 6.3, permanecerá a obrigação da CONTRATADA de disponibilizar o veículo definitivo zero quilômetro até o término do respectivo prazo.

6.4. Todos os veículos, provisórios ou definitivos, deverão ser entregues em perfeitas condições de funcionamento, segurança, conservação, higiene e limpeza, devidamente equipados com todos os itens obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito vigente e acompanhados dos respectivos documentos necessários à sua regular circulação.

6.5. Os veículos deverão permanecer devidamente registrados, licenciados e regulares perante os órgãos de trânsito competentes durante todo o período de disponibilização ao CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA manter atualizados o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV, IPVA, licenciamento e demais documentos, tributos e obrigações legais incidentes sobre os veículos.

6.6. Caberá exclusivamente à CONTRATADA arcar com os custos de propriedade, registro, licenciamento, IPVA, seguros, taxas e demais encargos legais incidentes sobre os veículos, não podendo tais despesas ser objeto de cobrança adicional ao CONTRATANTE.

6.7. Por ocasião da entrega de cada veículo, provisório ou definitivo, será realizada vistoria conjunta entre as partes, mediante Ficha de Vistoria, contendo, no mínimo:

6.7.1. identificação do veículo, marca, modelo e placa, quando disponível;

6.7.2. data e horário da entrega;

6.7.3. quilometragem registrada;

6.7.4. nível de combustível;

6.7.5. condições gerais da carroceria, pintura, vidros, pneus, rodas e interior do veículo;

6.7.6. relação dos equipamentos, acessórios e itens entregues;

6.7.7. registro de eventuais avarias ou irregularidades preexistentes; e

6.7.8. identificação e assinatura dos responsáveis pela entrega e pelo recebimento.

6.8. As avarias, danos ou irregularidades devidamente registrados na vistoria inicial serão considerados preexistentes e não poderão ser posteriormente imputados ao CONTRATANTE.

6.9. Na devolução definitiva de cada veículo será realizada nova vistoria, observados, no que couber, os mesmos procedimentos previstos para a entrega, permitindo-se a comparação entre as condições registradas no início e no término da disponibilização.

6.10. A CONTRATADA deverá disponibilizar ao CONTRATANTE, quando aplicável, chave reserva e demais acessórios originalmente fornecidos com o veículo, os quais deverão constar na respectiva Ficha de Vistoria.

6.11. A CONTRATADA deverá designar formalmente preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual, informando nome, telefone e endereço eletrônico para contato, bem como manter atualizados esses dados durante toda a vigência do contrato.

6.12. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva, assistência técnica, socorro/reboque, substituição e disponibilização de veículos reserva deverão observar os prazos, procedimentos e responsabilidades estabelecidos nos capítulos específicos deste Termo de Referência.

6.13. O rastreamento veicular, a disponibilização da plataforma de gestão de frota e o acesso aos respectivos dados e relatórios deverão observar as condições técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

6.14. A CONTRATADA deverá assegurar, durante toda a execução contratual, que os veículos permaneçam em condições compatíveis com as especificações exigidas, providenciando a correção de irregularidades ou a substituição do veículo, conforme o caso e nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

7. DAS MULTAS DECORRENTES DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO

7.1. As multas decorrentes de infrações de trânsito praticadas durante o período de disponibilização dos veículos ao CONTRATANTE serão de responsabilidade do condutor identificado, observados os procedimentos previstos neste Termo de Referência e na legislação de trânsito vigente.

7.2. A CONTRATADA deverá encaminhar ao CONTRATANTE, imediatamente após o recebimento, todas as notificações de autuação, penalidade ou demais comunicações expedidas pelos órgãos de trânsito relativas aos veículos locados, acompanhadas dos documentos necessários à identificação do condutor, apresentação de defesa ou recurso e, quando cabível, pagamento da multa.

7.3. As notificações deverão ser encaminhadas ao CONTRATANTE em prazo que assegure, no mínimo, 10 (dez) dias corridos de antecedência em relação ao término do prazo disponível para identificação do condutor, apresentação de defesa ou recurso ou pagamento com desconto, prevalecendo, dentre esses, o prazo que primeiro se encerrar.

7.4. O encaminhamento das notificações deverá ocorrer por meio eletrônico ao endereço indicado pelo CONTRATANTE para gestão do contrato, sem prejuízo da utilização de outros meios formalmente definidos entre as partes.

7.5. Recebida tempestivamente a notificação, o CONTRATANTE adotará as providências necessárias à identificação do condutor responsável, quando aplicável, e encaminhará à CONTRATADA as informações e documentos necessários dentro do prazo informado.

7.6. A CONTRATADA não poderá imputar ao CONTRATANTE multas, encargos, taxas adicionais ou demais consequências decorrentes de sua omissão, atraso ou falha no encaminhamento das notificações, especialmente quando tal conduta impossibilitar ou prejudicar:

7.6.1. a identificação do real condutor;

7.6.2. a apresentação de defesa prévia ou recurso administrativo;

7.6.3. o pagamento da multa com eventual desconto legalmente previsto; ou

7.6.4. o cumprimento de qualquer outro prazo estabelecido pelo órgão competente.

7.7. Na ocorrência das hipóteses previstas no item 7.6, caberá exclusivamente à CONTRATADA arcar com os valores, encargos e demais despesas decorrentes de sua atuação ou omissão, não sendo admitido o respectivo ressarcimento pelo CONTRATANTE.

7.8. Quando a infração for regularmente atribuída a condutor autorizado pelo CONTRATANTE e observados os procedimentos e prazos previstos neste capítulo, a CONTRATADA poderá efetuar o pagamento da multa e solicitar o respectivo ressarcimento ao CONTRATANTE, mediante apresentação da notificação, comprovante de pagamento e demais documentos necessários à comprovação da despesa.

7.9. O ressarcimento ficará limitado ao valor efetivamente pago referente à penalidade de trânsito, não sendo admitida cobrança de taxa administrativa, taxa de processamento, comissão, tarifa ou qualquer outro acréscimo pela CONTRATADA, salvo se expressamente previsto e justificado neste Termo de Referência.

7.10. Nenhum valor referente a multa de trânsito poderá ser cobrado ou descontado automaticamente das faturas mensais de locação sem a correspondente comprovação documental e ciência do CONTRATANTE.

7.11. A CONTRATADA deverá manter controle individualizado das notificações e multas relacionadas aos veículos locados, contendo, no mínimo, identificação do veículo, data da infração, órgão autuador, número do auto de infração, prazo para identificação do condutor, defesa, recurso ou pagamento, conforme aplicável, valor da penalidade e situação de cada ocorrência.

7.12. Em caso de acidente ou ocorrência de trânsito envolvendo veículo locado, deverão ser observados os procedimentos específicos relativos a sinistros e cobertura de riscos estabelecidos neste Termo de Referência.

8. DA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS

8.1. A CONTRATADA será integralmente responsável, às suas expensas, pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos disponibilizados ao CONTRATANTE, incluindo mão de obra, peças, componentes, materiais, insumos, serviços, revisões, assistência técnica, socorro mecânico, guincho/reboque e demais despesas necessárias à manutenção dos veículos em perfeitas condições de funcionamento, segurança e conservação.

8.2. Para fins deste Termo de Referência, considera-se:

8.2.1. manutenção preventiva: aquela destinada a prevenir falhas e preservar as condições adequadas de funcionamento e segurança do veículo, incluindo as revisões e intervenções previstas no plano de manutenção e no manual do fabricante, observados os respectivos intervalos de tempo e/ou quilometragem;

8.2.2. manutenção corretiva: aquela destinada à correção de defeitos, falhas, panes ou irregularidades verificadas durante a utilização do veículo, incluindo os serviços necessários ao restabelecimento de suas condições normais de funcionamento e segurança.

8.3. Serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, sem qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE, as despesas decorrentes da manutenção e da substituição de peças, componentes e materiais necessários ao funcionamento regular dos veículos, incluindo, quando aplicável, óleo lubrificante, filtros, fluidos, velas, correias, pastilhas e demais

componentes do sistema de freios, lâmpadas, baterias, pneus e outros itens sujeitos a desgaste decorrente da utilização normal.

8.4. Cada veículo deverá:

8.4.1. ser mantido em perfeitas condições de funcionamento, conservação, trafegabilidade e segurança;

8.4.2. ser submetido às revisões previstas pelo fabricante, observados os intervalos de tempo e/ou quilometragem estabelecidos;

8.4.3. possuir pneus em condições adequadas de utilização e em conformidade com a legislação e normas de trânsito vigentes;

8.4.4. ser submetido, sempre que necessário, aos serviços de alinhamento, balanceamento e rodízio dos pneus; e

8.4.5. ter imediatamente substituídos os pneus, peças ou componentes que apresentem desgaste excessivo, defeito ou condição que possa comprometer a segurança ou a regular utilização do veículo.

8.5. Caberá à CONTRATADA acompanhar e controlar os prazos e quilometragens das manutenções preventivas e revisões dos veículos, comunicando previamente ao CONTRATANTE a necessidade de realização dos serviços, de modo a permitir seu planejamento sem prejuízo da continuidade das atividades institucionais.

8.6. As manutenções preventivas, corretivas e revisões deverão ser realizadas em concessionárias, oficinas autorizadas, credenciadas pelo fabricante ou estabelecimentos tecnicamente habilitados, observadas as condições necessárias à manutenção da garantia do veículo e à adequada execução dos serviços.

8.7. Sempre que a realização de manutenção, revisão ou reparo exigir a indisponibilidade do veículo, a CONTRATADA deverá disponibilizar veículo reserva de categoria e características técnicas equivalentes ou superiores às do veículo substituído, sem qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE, observados os prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

8.8. A retirada de veículo para manutenção preventiva ou revisão programada deverá ser previamente comunicada e ajustada com o CONTRATANTE, não sendo admitida a retirada do veículo sem a disponibilização simultânea do respectivo veículo reserva, salvo autorização expressa do gestor ou fiscal do contrato.

8.9. Em caso de pane, defeito ou qualquer ocorrência que impossibilite ou comprometa a utilização segura do veículo, a CONTRATADA deverá providenciar, às suas expensas, assistência técnica, socorro mecânico e, quando necessário, serviço de guincho/reboque, disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, inclusive sábados, domingos e feriados.

8.10. Os custos relativos ao deslocamento, retirada, transporte, guincho, reboque, diagnóstico, mão de obra, peças e devolução dos veículos submetidos à manutenção serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, quando relacionados às obrigações de manutenção previstas neste Termo de Referência.

8.11. O CONTRATANTE poderá realizar vistorias nos veículos a qualquer tempo, diretamente ou por meio do gestor ou fiscal do contrato, e solicitar a correção de

irregularidades que comprometam a segurança, conservação, funcionamento ou conformidade do veículo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.12. Constatada situação que comprometa a segurança dos ocupantes, a trafegabilidade ou a regular utilização do veículo, o CONTRATANTE poderá determinar sua imediata retirada de operação, cabendo à CONTRATADA providenciar veículo substituto, sem ônus adicional, nos termos e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

8.13. A realização de manutenção preventiva ou corretiva não suspenderá as obrigações da CONTRATADA quanto à disponibilidade da quantidade de veículos efetivamente solicitada pelo CONTRATANTE, devendo ser assegurada a continuidade da prestação do serviço mediante veículo reserva ou substituto.

8.14. A CONTRATADA deverá manter registros das manutenções preventivas e corretivas realizadas nos veículos disponibilizados, contendo, no mínimo, identificação do veículo, quilometragem, data, natureza do serviço e principais intervenções realizadas, devendo disponibilizá-los ao gestor ou fiscal do contrato sempre que solicitado.

9. DA SUBSTITUIÇÃO DOS VEÍCULOS

9.1. A CONTRATADA deverá assegurar a continuidade da prestação dos serviços durante toda a execução contratual, providenciando, às suas expensas, veículo reserva ou substituto sempre que qualquer veículo disponibilizado ao CONTRATANTE ficar temporária ou definitivamente indisponível.

9.2. O veículo reserva ou substituto deverá pertencer à mesma categoria do veículo indisponível e atender às especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência, admitindo-se veículo de categoria ou características superiores, desde que previamente aceito pelo CONTRATANTE e sem qualquer acréscimo de preço ou ônus adicional.

9.3. Para substituições temporárias decorrentes de manutenção preventiva, revisão programada ou outra intervenção previamente conhecida pela CONTRATADA, o veículo reserva deverá ser disponibilizado simultaneamente à retirada do veículo, de modo a não haver interrupção na prestação do serviço.

9.4. Em caso de pane, defeito mecânico, elétrico ou eletrônico ou outra ocorrência inesperada que impossibilite a utilização regular e segura do veículo, a CONTRATADA deverá providenciar veículo reserva ou substituto no prazo máximo de 12 (doze) horas, contado da comunicação da ocorrência pelo CONTRATANTE.

9.5. Em caso de acidente, colisão, incêndio, roubo, furto ou outro sinistro que implique indisponibilidade do veículo, a CONTRATADA deverá disponibilizar veículo reserva ou substituto no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da comunicação da ocorrência, sem prejuízo das providências relativas ao seguro e à apuração de responsabilidades.

9.6. Os veículos reserva utilizados em substituições temporárias poderão ser seminovos, desde que se encontrem em perfeitas condições de funcionamento, conservação, higiene, segurança e regularidade documental e atendam às especificações mínimas da categoria substituída ou possuam características superiores.

9.7. Caso seja constatado que veículo disponibilizado apresenta especificações, características, equipamentos ou condições em desacordo com este Termo de Referência, o CONTRATANTE poderá rejeitá-lo e determinar sua substituição.

9.8. Quando a irregularidade prevista no item 9.7 comprometer a segurança, trafegabilidade ou regular utilização do veículo, sua retirada de operação será imediata, devendo a CONTRATADA disponibilizar veículo reserva ou substituto no prazo máximo previsto no item 9.4.

9.9. Quando a irregularidade prevista no item 9.7 não comprometer a segurança ou a utilização imediata do veículo, mas caracterizar descumprimento das especificações contratuais, a CONTRATADA deverá providenciar sua substituição definitiva no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

9.10. Durante a execução contratual, sempre que houver necessidade de substituição definitiva do veículo originalmente disponibilizado, o novo veículo deverá atender às especificações técnicas mínimas previstas para o respectivo item ou apresentar características superiores, sem qualquer acréscimo de preço ou ônus ao CONTRATANTE.

9.11. A substituição definitiva deverá ser formalmente comunicada ao CONTRATANTE, mediante apresentação das informações do novo veículo, incluindo, no mínimo, marca, modelo, ano/modelo, placa, quilometragem e motivo da substituição, acompanhadas da documentação necessária à comprovação de sua regularidade.

9.12. O veículo substituto definitivo ficará sujeito aos mesmos procedimentos de recebimento, vistoria, registro fotográfico e documentação estabelecidos neste Termo de Referência para a entrega inicial dos veículos.

9.13. A disponibilização de veículo reserva ou substituto não poderá implicar cobrança adicional, alteração do valor mensal contratado, reinício de prazo de faturamento ou qualquer outra despesa adicional para o CONTRATANTE.

9.14. O período de indisponibilidade do veículo que exceder os prazos estabelecidos neste capítulo, sem a correspondente disponibilização de veículo reserva ou substituto, não será considerado como período de efetiva prestação do serviço para fins de faturamento, sem prejuízo da aplicação das demais medidas e sanções previstas no contrato.

9.15. A CONTRATADA deverá promover a substituição definitiva dos veículos que atingirem 80.000 (oitenta mil) quilômetros rodados, por veículos zero quilômetro que atendam às especificações técnicas mínimas previstas neste Termo de Referência, sem qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE, não sendo admitida a permanência em operação de veículo que tenha ultrapassado esse limite, salvo autorização excepcional e expressa do CONTRATANTE, devidamente justificada.

9.16. A substituição prevista no item 9.15 deverá ser previamente planejada pela CONTRATADA, de forma a não ocasionar interrupção na prestação dos serviços, cabendo-lhe acompanhar continuamente a quilometragem dos veículos e adotar, em tempo hábil, as providências necessárias à disponibilização do novo veículo.

10. DA COBERTURA DE RISCOS

10.1. Todos os veículos disponibilizados deverão permanecer, durante todo o período de execução contratual, protegidos por seguro veicular vigente, contratado e custeado

integralmente pela CONTRATADA, sem cobrança adicional ao CONTRATANTE, observadas as coberturas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.

10.2. O seguro deverá contemplar, no mínimo, cobertura para:

10.2.1. colisão, abalroamento, capotamento e demais danos decorrentes de acidentes de trânsito;

10.2.2. roubo e furto, inclusive na modalidade tentada, quando houver dano ao veículo;

10.2.3. incêndio;

10.2.4. danos decorrentes de fenômenos naturais, observadas as condições, limites e riscos cobertos previstos na respectiva apólice de seguro;

10.2.5. danos materiais causados a terceiros, com cobertura mínima de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

10.2.6. danos corporais causados a terceiros, com cobertura mínima de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

10.2.7. danos causados aos passageiros/ocupantes, conforme cobertura contratada e legislação aplicável; e

10.2.8. assistência veicular 24 (vinte e quatro) horas, inclusive com serviço de socorro e guincho/reboque, quando necessário.

10.3. A CONTRATADA será responsável pela contratação, renovação e manutenção da vigência do seguro durante todo o período em que os veículos permanecerem disponibilizados ao CONTRATANTE, não sendo admitida a permanência de veículo em operação sem a correspondente cobertura vigente.

10.4. A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, antes da disponibilização de cada veículo, comprovante da respectiva cobertura securitária, contendo informações suficientes para identificação do veículo, período de vigência, coberturas contratadas, limites de indenização e, quando aplicável, valores de franquia.

10.5. Sempre que houver renovação, alteração ou substituição da apólice ou da cobertura securitária durante a execução contratual, a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE a documentação atualizada, de modo a comprovar a continuidade da cobertura.

10.6. A existência do seguro não exclui nem reduz as responsabilidades atribuídas à CONTRATADA neste Termo de Referência, especialmente aquelas relacionadas à manutenção, conservação, regularidade, assistência, substituição e disponibilização dos veículos.

10.7. Em caso de ocorrência passível de cobertura securitária, caberá à CONTRATADA adotar as providências necessárias ao acionamento da seguradora, acompanhamento e regular processamento do sinistro, competindo ao CONTRATANTE fornecer os documentos e informações sob sua responsabilidade necessários à instrução do procedimento.

10.8. O CONTRATANTE deverá comunicar à CONTRATADA, tão logo tenha conhecimento, a ocorrência de acidente, roubo, furto, incêndio ou outro evento envolvendo o veículo locado que possa caracterizar sinistro, adotando as providências cabíveis para preservação das informações e documentos relacionados à ocorrência.

10.9. Quando exigível em razão da natureza da ocorrência, o CONTRATANTE providenciará Boletim de Ocorrência Policial e, quando aplicável, outros documentos relacionados ao evento, devendo encaminhar à CONTRATADA o respectivo comprovante, protocolo ou documento disponível no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, ressalvada impossibilidade devidamente justificada.

10.10. A existência de franquia na cobertura securitária não implicará obrigação automática de pagamento pelo CONTRATANTE, devendo eventual responsabilidade observar a apuração das circunstâncias do evento e as regras estabelecidas no capítulo DA VERBA PROVISIONADA PARA RESSARCIMENTO DE SINISTROS E AVARIAS deste Termo de Referência.

10.11. Quando comprovadamente atribuída ao CONTRATANTE a responsabilidade pelo evento e houver franquia efetivamente exigível, eventual ressarcimento observará os limites, documentos, procedimentos e condições estabelecidos no capítulo específico da verba estimativa, vedada qualquer cobrança em duplicidade.

10.12. Não poderão ser transferidos ao CONTRATANTE valores referentes a danos, despesas ou prejuízos cobertos e indenizados pela seguradora, nem despesas decorrentes de insuficiência, ausência, vencimento ou inadequação da cobertura securitária cuja contratação ou manutenção seja de responsabilidade da CONTRATADA.

10.13. Eventual negativa de cobertura pela seguradora não implicará, por si só, responsabilidade do CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA apresentar a respectiva justificativa ou manifestação da seguradora e os demais elementos necessários à apuração da ocorrência e da responsabilidade.

10.14. Os custos relativos às coberturas securitárias previstas neste capítulo deverão estar integralmente contemplados nos preços ofertados para a locação dos veículos, não sendo admitida cobrança específica ou adicional ao CONTRATANTE a esse título.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Termo de Referência e no instrumento contratual, compete ao CONTRATANTE:

11.1.1. Acompanhar, gerir e fiscalizar a execução dos serviços, por meio de gestor e/ou fiscal formalmente designado, verificando o cumprimento das condições, especificações, prazos e demais obrigações estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual;

11.1.2. Notificar formalmente a CONTRATADA sobre falhas, irregularidades, desconformidades ou inadimplementos constatados durante a execução contratual, fixando prazo para sua correção quando a natureza da ocorrência assim permitir, sem prejuízo das demais medidas cabíveis;

11.1.3. Prestar à CONTRATADA as informações e esclarecimentos necessários à adequada execução dos serviços, desde que relacionados ao objeto contratado e estejam sob sua responsabilidade;

11.1.4. Emitir as solicitações de disponibilização, devolução, substituição ou demais movimentações dos veículos, conforme suas necessidades e observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.1.5. Utilizar os veículos exclusivamente para atividades relacionadas às finalidades institucionais do CONTRATANTE, por intermédio de condutores devidamente habilitados e autorizados;

11.1.6. Zelar pela adequada utilização dos veículos durante o período em que estiverem sob sua responsabilidade, observando as normas de trânsito, as orientações de segurança e as condições de uso estabelecidas neste Termo de Referência;

11.1.7. Permitir e viabilizar, mediante prévio ajuste com a CONTRATADA, a retirada dos veículos para realização das manutenções preventivas, corretivas e revisões necessárias, observadas as condições relativas à disponibilização de veículo reserva previstas neste Termo de Referência;

11.1.8. Informar à CONTRATADA, tão logo tenha conhecimento, a ocorrência de pane, defeito, acidente, colisão, roubo, furto, incêndio, avaria ou qualquer outro fato relevante envolvendo os veículos locados, adotando as providências que lhe competirem nos termos deste Termo de Referência;

11.1.9. Providenciar, quando cabível, os documentos e informações sob sua responsabilidade necessários à comunicação e instrução de sinistros, observados os procedimentos e prazos estabelecidos no capítulo específico deste Termo de Referência;

11.1.10. Adotar as providências necessárias à identificação dos condutores responsáveis por infrações de trânsito, desde que as respectivas notificações sejam encaminhadas pela CONTRATADA nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência;

11.1.11. Responsabilizar-se pelo abastecimento dos veículos durante o período de utilização, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.1.12. Não realizar nem autorizar modificações, adaptações ou alterações nas características originais dos veículos sem prévia anuência formal da CONTRATADA, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas no instrumento contratual;

11.1.13. Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade identificada nas condições de funcionamento, conservação, segurança, documentação ou rastreamento dos veículos;

11.1.14. Realizar, quando entender necessário, inspeções e vistorias nos veículos disponibilizados, podendo determinar a retirada de operação daqueles que apresentem condições incompatíveis com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência;

11.1.15. Receber, conferir e atestar, quando regulares, os documentos e serviços apresentados pela CONTRATADA para fins de faturamento e pagamento;

11.1.16. Efetuar os pagamentos devidos pelos serviços efetivamente prestados e regularmente atestados, observados os valores contratados, os procedimentos de faturamento e as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual;

11.1.17. Analisar, mediante a documentação pertinente, eventuais solicitações de

ressarcimento decorrentes de multas, sinistros, avarias ou franquias, reconhecendo exclusivamente os valores cuja responsabilidade do CONTRATANTE esteja devidamente caracterizada e comprovada, nos termos deste Termo de Referência;

11.1.18. Comunicar formalmente à CONTRATADA eventual necessidade de devolução definitiva de veículos que deixarem de ser necessários à execução das atividades institucionais, observados os procedimentos contratuais aplicáveis.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Termo de Referência, no instrumento contratual e na legislação aplicável, compete à CONTRATADA:

12.1.1. Executar o objeto contratado em conformidade com as especificações, condições, quantitativos efetivamente solicitados, prazos e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no instrumento contratual e em sua proposta, responsabilizando-se integralmente pela adequada prestação dos serviços.

12.1.2. Disponibilizar os veículos solicitados pelo CONTRATANTE nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência, devidamente regularizados, licenciados, segurados, equipados e em perfeitas condições de funcionamento, segurança, conservação, higiene e limpeza.

12.1.3. Assegurar a continuidade e regularidade da prestação dos serviços durante toda a execução contratual, adotando tempestivamente as providências necessárias para evitar interrupções decorrentes de manutenção, revisão, pane, sinistro, indisponibilidade ou qualquer outra ocorrência relacionada aos veículos.

12.1.4. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, comunicando imediatamente ao CONTRATANTE qualquer fato superveniente que possa comprometer sua capacidade jurídica, fiscal, técnica, econômico-financeira ou operacional para o cumprimento das obrigações assumidas.

12.1.5. Designar formalmente preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual e pela interlocução com o CONTRATANTE, mantendo atualizados nome, telefone e endereço eletrônico para contato.

12.1.6. Manter canal de atendimento por telefone e meio eletrônico para recebimento e tratamento das demandas relacionadas à execução contratual, assegurando atendimento emergencial 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, inclusive sábados, domingos e feriados, para ocorrências envolvendo pane, acidente, sinistro, roubo, furto, necessidade de socorro, reboque ou substituição emergencial de veículo.

12.1.7. Cumprir integralmente as obrigações relativas à manutenção preventiva e corretiva, assistência técnica, socorro, guincho/reboque, disponibilização de veículo reserva e substituição dos veículos, observando os procedimentos e prazos estabelecidos nos capítulos específicos deste Termo de Referência.

12.1.8. Manter os veículos devidamente registrados, licenciados e regulares perante os órgãos competentes, responsabilizando-se pelo pagamento de IPVA,

licenciamento, taxas, encargos e demais obrigações decorrentes da propriedade, posse e regular circulação dos veículos.

12.1.9. Manter, durante todo o período de disponibilização dos veículos, as coberturas securitárias exigidas neste Termo de Referência, adotando as providências necessárias à sua renovação antes dos respectivos vencimentos.

12.1.10. Apresentar ao CONTRATANTE, antes da disponibilização dos veículos e sempre que houver renovação ou alteração, os documentos necessários à comprovação da regularidade dos veículos e das respectivas coberturas securitárias.

12.1.11. Disponibilizar e manter em pleno funcionamento o sistema de rastreamento e gestão de frota, assegurando ao CONTRATANTE acesso às informações, funcionalidades e relatórios estabelecidos neste Termo de Referência.

12.1.12. Arcar integralmente com os custos de instalação, manutenção, substituição, transmissão de dados e funcionamento dos equipamentos e sistemas de rastreamento utilizados nos veículos, sem qualquer cobrança adicional ao CONTRATANTE.

12.1.13. Providenciar, às suas expensas, durante toda a execução contratual, a instalação, adaptação ou substituição de equipamentos e acessórios que venham a se tornar obrigatórios em razão de alteração da legislação aplicável aos veículos locados.

12.1.14. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer ocorrência, anormalidade, impedimento, falha ou irregularidade que possa comprometer a execução dos serviços, a segurança dos usuários ou a disponibilidade dos veículos.

12.1.15. Corrigir, nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência ou, quando não houver prazo específico, naquele fixado pelo CONTRATANTE de acordo com a natureza da ocorrência, as falhas, irregularidades ou desconformidades verificadas durante a execução contratual, sem prejuízo da substituição do veículo quando cabível.

12.1.16. Facilitar as atividades de gestão e fiscalização contratual, prestando tempestivamente os esclarecimentos solicitados e disponibilizando documentos, registros, relatórios e demais informações relacionadas à execução do objeto.

12.1.17. Manter registros individualizados dos veículos disponibilizados, incluindo, quando aplicável, informações relativas à entrega, devolução, quilometragem, manutenção, substituição, rastreamento, multas, sinistros e demais ocorrências relevantes, disponibilizando-os ao CONTRATANTE sempre que solicitado.

12.1.18. Responsabilizar-se pelos danos diretamente causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de ação ou omissão da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos, representantes ou terceiros por ela contratados na execução dos serviços, na medida de sua responsabilidade, sem que a fiscalização exercida pelo CONTRATANTE exclua ou reduza essa responsabilidade.

12.1.19. Responsabilizar-se integralmente pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais encargos decorrentes da execução do objeto, não se

estabelecendo qualquer vínculo entre empregados, prepostos, representantes ou fornecedores da CONTRATADA e o CONTRATANTE.

12.1.20. Responsabilizar-se pelo correto recolhimento dos tributos, encargos e demais obrigações fiscais incidentes sobre a execução contratual.

12.1.21. Guardar sigilo sobre dados, documentos, informações, rotinas, trajetos e demais conteúdos a que tiver acesso em razão da execução contratual, utilizando-os exclusivamente para as finalidades relacionadas à prestação dos serviços, ressalvadas as hipóteses de divulgação exigidas por lei ou autoridade competente.

12.1.22. Adotar medidas adequadas de segurança para proteção dos dados e informações obtidos ou tratados em razão da execução contratual, especialmente aqueles provenientes dos sistemas de rastreamento e gestão de frota, impedindo acesso, utilização, compartilhamento ou divulgação não autorizados.

12.1.23. Não utilizar nos veículos disponibilizados ao CONTRATANTE letreiros, adesivos, marcas, logotipos ou elementos publicitários da CONTRATADA ou de terceiros, salvo quando exigidos pela legislação ou previamente autorizados pelo CONTRATANTE.

12.1.24. Não promover alterações nas características dos veículos disponibilizados que possam comprometer as especificações exigidas neste Termo de Referência sem prévia anuência do CONTRATANTE.

12.1.25. Analisar e responder formalmente às solicitações do CONTRATANTE relativas a adaptações ou alterações nas características originais dos veículos, quando cabíveis, informando previamente eventuais implicações técnicas, legais ou securitárias.

12.1.26. Reembolsar ao CONTRATANTE, mediante procedimento devidamente comprovado, as despesas que este tenha sido obrigado a realizar em decorrência do descumprimento de obrigação atribuída à CONTRATADA, sem prejuízo das demais medidas contratuais cabíveis.

12.1.27. Não transferir ao CONTRATANTE custos ou despesas decorrentes de manutenção, desgaste decorrente da utilização normal, vícios, defeitos, documentação, tributos, seguro, rastreamento, assistência, substituição ou demais obrigações atribuídas à CONTRATADA neste Termo de Referência.

12.1.28. Encaminhar os documentos fiscais e demais documentos exigidos para fins de faturamento e pagamento, observadas as condições e os procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

12.1.29. Cumprir as determinações regularmente expedidas pelo gestor e pelo fiscal do contrato relacionadas à execução do objeto, desde que compatíveis com este Termo de Referência, o instrumento contratual e a legislação aplicável.

12.1.30. Comunicar previamente ao CONTRATANTE qualquer alteração relevante em sua estrutura operacional, canais de atendimento, preposto ou demais condições que possam afetar a execução do objeto contratado.

13. DA VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO

13.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

13.2. A execução dos serviços ocorrerá durante a vigência contratual, de forma contínua e sob demanda, mediante solicitações formais do CONTRATANTE, observados os quantitativos máximos, prazos, especificações e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

13.3. A assinatura do contrato não implicará obrigação de solicitação imediata ou integral dos quantitativos máximos estimados, cabendo ao CONTRATANTE requisitar os veículos de acordo com suas necessidades operacionais e disponibilidade orçamentária, sem garantia de utilização ou faturamento integral dos quantitativos previstos.

13.4. Para cada veículo solicitado, o início do faturamento ocorrerá somente a partir da sua efetiva disponibilização ao CONTRATANTE, após o respectivo recebimento e aceite, observados os procedimentos de entrega e vistoria estabelecidos neste Termo de Referência.

13.5. Os períodos em que determinado veículo permanecer indisponível sem a correspondente disponibilização de veículo reserva ou substituto, após ultrapassados os prazos estabelecidos neste Termo de Referência, não serão considerados para fins de faturamento, sem prejuízo das demais medidas contratuais cabíveis.

13.6. A devolução definitiva de veículo solicitado pelo CONTRATANTE encerrará o respectivo período de faturamento, sendo o valor do último período calculado proporcionalmente aos dias de efetiva disponibilização, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

13.7. A substituição temporária ou definitiva de veículo, quando realizada em cumprimento às obrigações da CONTRATADA, não caracterizará nova contratação, não implicará reinício de período de faturamento e não autorizará alteração do valor mensal contratado.

13.8. Eventual prorrogação da vigência contratual dependerá de interesse e conveniência do CONTRATANTE, da manutenção das condições necessárias à contratação e da formalização do instrumento próprio, não constituindo direito automático da CONTRATADA.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mensalmente, considerando exclusivamente os veículos efetivamente solicitados, disponibilizados e aceitos pelo CONTRATANTE durante o respectivo período de faturamento, observados os valores unitários contratados e as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

14.2. Quando a disponibilização inicial ou a devolução definitiva de veículo ocorrer no curso do período mensal de faturamento, o valor devido será calculado proporcionalmente aos dias de efetiva disponibilização do veículo ao CONTRATANTE.

14.3. Para fins de faturamento proporcional, o valor diário corresponderá ao valor mensal unitário contratado dividido por 30 (trinta) dias, multiplicado pelo número de dias de efetiva disponibilização do veículo no respectivo período.

14.4. Não serão objeto de faturamento:

14.4.1. veículos não solicitados pelo CONTRATANTE;

14.4.2. períodos anteriores à efetiva disponibilização e aceite do veículo;

14.4.3. períodos posteriores à devolução definitiva do veículo;

14.4.4. períodos de indisponibilidade que excedam os prazos previstos neste Termo de Referência sem a correspondente disponibilização de veículo reserva ou substituto; e

14.4.5. serviços, taxas, encargos ou despesas cuja responsabilidade seja atribuída à CONTRATADA.

14.5. A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente documento fiscal correspondente aos serviços efetivamente prestados, acompanhado da documentação necessária à conferência e ao atesto da execução contratual.

14.6. A documentação de faturamento deverá permitir a identificação individualizada dos veículos cobrados no respectivo período, contendo, no mínimo:

14.6.1. placa e identificação do veículo;

14.6.2. categoria do veículo;

14.6.3. período de disponibilização;

14.6.4. valor mensal unitário contratado;

14.6.5. eventual cálculo proporcional, quando aplicável;

14.6.6. registro de substituições ocorridas no período, quando houver; e

14.6.7. valor total correspondente aos serviços efetivamente prestados.

14.7. O pagamento ficará condicionado à conferência e ao atesto do documento fiscal pelo gestor do contrato, que verificará a conformidade dos serviços executados com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

14.8. Constatada divergência, erro, ausência de documentação ou qualquer irregularidade que impeça o atesto, o documento fiscal será devolvido à CONTRATADA para correção ou complementação, ficando o processamento do pagamento correspondente condicionado à regularização da pendência.

14.9. O pagamento dos serviços regulares de locação não implicará reconhecimento, quitação ou aceitação automática de multas, franquias, sinistros, avarias, indenizações ou quaisquer outros valores eventualmente pleiteados pela CONTRATADA.

14.10. Os ressarcimentos eventualmente devidos em razão de sinistros, avarias ou franquias serão processados separadamente do faturamento mensal da locação e dependerão da prévia apuração da responsabilidade, apresentação da documentação comprobatória e autorização do CONTRATANTE, observadas as regras estabelecidas no capítulo específico deste Termo de Referência.

14.11. Os valores correspondentes à Verba Provisionada para Ressarcimento de Sinistros e Avarias somente serão pagos quando efetivamente utilizados e regularmente comprovados, não sendo admitida sua inclusão automática ou antecipada nas faturas mensais da locação.

14.12. Multas de trânsito eventualmente atribuídas aos condutores autorizados pelo CONTRATANTE observarão procedimento próprio de ressarcimento, nos termos deste Termo de Referência, não sendo admitida sua inclusão ou desconto automático nas faturas mensais sem a correspondente comprovação e ciência do CONTRATANTE.

14.13. O pagamento será realizado após o regular atesto da documentação fiscal, no prazo e mediante os procedimentos estabelecidos no instrumento contratual e nas normas administrativas aplicáveis ao CONTRATANTE.

14.14. O pagamento efetuado pelo CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades, nem implicará aceitação definitiva de serviços executados em desconformidade com este Termo de Referência, permanecendo resguardado o direito de apuração e adoção das medidas contratuais cabíveis.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto principal da contratação, entendido como a disponibilização e locação dos veículos ao CONTRATANTE, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável pela execução dos serviços e pelo cumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

15.2. Os veículos disponibilizados deverão integrar a frota da CONTRATADA e estar registrados em seu nome, admitindo-se veículos objeto de financiamento ou arrendamento mercantil formalmente contratado pela própria CONTRATADA, desde que comprovada sua legítima posse e disponibilidade durante todo o período de execução dos serviços.

15.3. Será admitida a contratação de terceiros para execução de atividades acessórias ou instrumentais necessárias à adequada prestação dos serviços, tais como:

15.3.1. manutenção preventiva e corretiva

15.3.2. revisões e assistência técnica;

15.3.3. serviços de guincho e reboque;

15.3.4. serviços de rastreamento e transmissão de dados;

15.3.5. serviços de seguro e assistência veicular;

15.3.6. serviços de limpeza, higienização, alinhamento, balanceamento, troca de pneus e outros serviços auxiliares relacionados à conservação e manutenção dos veículos.

15.4. A utilização de terceiros para execução das atividades previstas no item 15.3 não caracterizará subcontratação do objeto principal e não afastará, reduzirá ou transferirá qualquer responsabilidade da CONTRATADA perante o CONTRATANTE.

15.5. A CONTRATADA permanecerá integralmente responsável pelos atos, serviços, falhas, danos e obrigações decorrentes da atuação dos terceiros por ela contratados, respondendo perante o CONTRATANTE como se os serviços fossem executados diretamente por ela.

15.6. Não será estabelecido qualquer vínculo contratual, trabalhista ou obrigacional entre o CONTRATANTE e os terceiros utilizados pela CONTRATADA na execução das atividades acessórias, cabendo exclusivamente à CONTRATADA sua contratação, remuneração, gestão e fiscalização.

15.7. A contratação de terceiros para atividades acessórias não poderá resultar em qualquer custo adicional ao CONTRATANTE nem prejudicar os níveis de serviço, prazos, condições de atendimento ou demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

15.8. A CONTRATADA deverá, quando solicitado pelo gestor do contrato, informar os terceiros responsáveis pela execução de atividades acessórias relacionadas ao objeto, sem prejuízo de sua responsabilidade integral pela execução contratual.

16. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

16.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica, a licitante deverá apresentar 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória de serviços de locação de veículos automotores compatíveis com o objeto desta contratação.

16.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter informações suficientes para permitir a identificação do emitente, da empresa prestadora dos serviços e das características essenciais dos serviços executados, incluindo, sempre que possível, quantitativos e período de execução.

16.3. Será admitido o somatório de atestados de capacidade técnica para fins de comprovação do quantitativo mínimo exigido, desde que os serviços apresentados sejam compatíveis com o objeto da contratação.

16.4. Para comprovação da capacidade técnico-operacional, a licitante deverá demonstrar experiência anterior na execução de serviços de locação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quantitativo máximo estimado de veículos desta contratação, correspondendo a, no mínimo, 63 (sessenta e três) veículos, admitido o somatório de atestados na forma do item 16.3.

16.5. Não será exigido que os veículos constantes dos atestados possuam exatamente as mesmas marcas, modelos, motorizações ou demais características técnicas previstas neste Termo de Referência, sendo suficiente a comprovação de experiência na gestão e execução de serviços de locação de frota de veículos automotores em quantitativo compatível com o exigido.

16.6. Os atestados poderão ser objeto de diligência pelo CONTRATANTE para confirmação de sua autenticidade e das informações neles contidas, podendo ser solicitados documentos complementares estritamente necessários à comprovação da experiência declarada.

16.7. Quando solicitado em diligência, a licitante deverá disponibilizar informações que permitam contato com o emitente do atestado, bem como apresentar contratos, notas fiscais, ordens de serviço ou outros documentos idôneos relacionados à execução indicada no atestado, exclusivamente para fins de esclarecimento ou confirmação das informações apresentadas.

16.8. Não serão aceitos documentos que, isoladamente, consistam apenas em declarações emitidas pela própria licitante como comprovação de sua capacidade técnico-operacional.

17. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

17.1. A gestão e a fiscalização da execução contratual serão exercidas por representantes formalmente designados pelo CONTRATANTE, aos quais competirá acompanhar e verificar o cumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, no instrumento contratual e na proposta da CONTRATADA.

17.2. A fiscalização será exercida de forma sistemática, podendo compreender, dentre outras medidas, a verificação da disponibilidade dos veículos, das condições de funcionamento, conservação e segurança, da regularidade documental, do cumprimento dos prazos, das manutenções, substituições, coberturas securitárias, sistemas de rastreamento e demais condições relacionadas à execução do objeto.

17.3. O gestor do contrato poderá solicitar à CONTRATADA, sempre que necessário, documentos, registros, relatórios, esclarecimentos e demais informações relacionadas à execução contratual, devendo a CONTRATADA disponibilizá-los no prazo estabelecido na solicitação, observado prazo razoável em função da natureza da informação requerida.

17.4. As ocorrências, falhas, irregularidades ou desconformidades identificadas durante a execução contratual poderão ser registradas pelo gestor e formalmente comunicadas à CONTRATADA para adoção das providências necessárias à sua correção, observados os prazos estabelecidos neste Termo de Referência ou, quando inexistentes, aqueles fixados pelo CONTRATANTE de acordo com a natureza da ocorrência.

17.5. Nas situações que representem risco à segurança dos usuários, à regularidade da circulação ou à continuidade dos serviços, o gestor poderá determinar a imediata retirada do veículo de operação, cabendo à CONTRATADA providenciar sua substituição nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

17.6. O gestor poderá rejeitar, no todo ou em parte, serviços, veículos, documentos ou cobranças que estejam em desacordo com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual, devendo indicar as irregularidades identificadas para adoção das providências cabíveis.

17.7. Compete ao gestor conferir a documentação apresentada para faturamento, verificar a correspondência entre os veículos efetivamente disponibilizados e os valores cobrados e, quando constatada a regular execução dos serviços, proceder ao respectivo atesto.

17.8. A fiscalização deverá manter registro das ocorrências relevantes verificadas durante a execução contratual, especialmente aquelas relacionadas à indisponibilidade de veículos, atrasos, substituições, manutenções, sinistros, avarias, multas, descumprimento de prazos e demais situações que possam repercutir na execução, no faturamento ou na responsabilização das partes.

17.9. A CONTRATADA deverá permitir e facilitar o exercício da fiscalização, assegurando acesso às informações, documentos, sistemas e veículos relacionados à execução contratual, respeitados os limites do objeto contratado e as disposições aplicáveis à proteção de dados e informações.

17.10. O exercício da gestão e da fiscalização pelo CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela adequada execução dos serviços, inclusive perante terceiros, nem implica corresponsabilidade do CONTRATANTE por falhas, irregularidades ou danos decorrentes de atos ou omissões atribuíveis à CONTRATADA.

17.11. A eventual ausência de registro ou manifestação imediata da fiscalização acerca de irregularidade não implicará aceitação definitiva do serviço, renúncia a direitos ou afastamento das responsabilidades da CONTRATADA previstas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

17.12. O gestor deverá comunicar à autoridade competente as situações que ultrapassem suas atribuições ou que possam ensejar aplicação de medidas administrativas ou contratuais, instruindo a comunicação com os registros e documentos disponíveis.

17.13. As determinações e solicitações expedidas pela gestão relacionadas à execução do objeto deverão ser atendidas pela CONTRATADA, desde que compatíveis com este Termo de Referência, com o instrumento contratual e com as obrigações assumidas.

18. DEMAIS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

18.1. A execução da contratação observará as disposições deste Termo de Referência, do instrumento contratual, da proposta da CONTRATADA e dos demais documentos que integram o procedimento de contratação, no que forem aplicáveis.

18.2. A CONTRATADA deverá observar integralmente as especificações, condições, prazos e níveis de atendimento estabelecidos neste Termo de Referência, não podendo alegar desconhecimento das condições necessárias à execução do objeto como justificativa para o descumprimento de suas obrigações.

18.3. Os preços contratados deverão contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, incluindo tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, seguros, licenciamentos, documentação, manutenção preventiva e corretiva, peças, pneus, assistência técnica, socorro, guincho/reboque, rastreamento, sistemas, substituição e disponibilização de veículos reserva, bem como quaisquer outras despesas atribuídas à CONTRATADA neste Termo de Referência, não sendo admitida cobrança adicional ao CONTRATANTE, ressalvadas exclusivamente as hipóteses de ressarcimento expressamente previstas neste instrumento.

18.4. A apresentação da proposta implicará ciência e aceitação das condições estabelecidas neste Termo de Referência, cabendo à proponente considerar, na formação de seus preços, todas as obrigações necessárias à adequada execução do objeto.

18.5. As comunicações, solicitações, notificações e demais atos relacionados à execução contratual poderão ser realizados por meio eletrônico, utilizando-se os endereços e canais formalmente indicados pelas partes, devendo ser mantido registro que permita comprovar seu envio e recebimento.

18.6. Qualquer alteração das condições de execução que implique modificação das obrigações, quantitativos, valores, prazos ou demais condições contratuais dependerá de prévia análise e formalização pelo CONTRATANTE, observados os procedimentos aplicáveis, não produzindo efeitos alterações realizadas unilateralmente pela CONTRATADA.

18.7. A eventual tolerância do CONTRATANTE quanto ao descumprimento de obrigação contratual não constituirá novação, renúncia de direito ou alteração das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

18.8. As situações não expressamente disciplinadas neste Termo de Referência serão analisadas pelo CONTRATANTE de acordo com o instrumento contratual, os demais

documentos integrantes da contratação e as normas aplicáveis, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, boa-fé e interesse institucional.

18.9. Integram e complementam as condições desta contratação, independentemente de transcrição, o instrumento contratual e os demais documentos formalmente vinculados ao procedimento, prevalecendo as disposições deste Termo de Referência quanto às especificações técnicas e condições de execução do objeto, ressalvadas as disposições legais e contratuais aplicáveis.

18.10. A CONTRATADA deverá cumprir as demais condições previstas no instrumento contratual e nos documentos integrantes da contratação que não estejam expressamente reproduzidas neste Termo de Referência, desde que compatíveis com o objeto e com as condições aqui estabelecidas.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

19.1. As despesas decorrentes da contratação serão custeadas com recursos provenientes de Contratos de Gestão, Convênios, Termos de Fomento, Contratos de Repasse e demais instrumentos congêneres firmados com órgãos e entidades públicas ou privadas, firmados pelo Instituto Agropolos do Ceará, assim como as demandas e ações de interesse do Instituto, através de recursos próprios.

19.2. Dotação orçamentária gerenciamento de frotas nº 33.50.39.038.

Instituto Agropolos do Ceará

(Utilizar papel timbrado da instituição).

ANEXO II - CARTA PROPOSTA

Ao
Instituto Agropolos do Ceará
Ref.: Pregão Eletrônico nº 116830/2026

A proposta encontra-se em conformidade com as informações previstas no edital e seus anexos.

1. Identificação da licitante:

- Razão Social:
- CPF/CNPJ:
- Endereço completo:
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):Telefone/celular, e-mail:
- Banco, Agência e nº da Conta Corrente

2. Condições Gerais da Proposta:

- A presente proposta é válida por _____ (_____) dias, contados da data de sua emissão.

3. Formação do Preço

LOTE 01					
ITEM	DESCRITIVO DO OBJETO	QTD DE VEICULOS (A)	VALOR UNIT. (R$) (B)	VALOR MENSAL TOTAL ESTIMADO (C = A X B)	VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO (D = C X 12 MESES)
01	**VEÍCULO AUTOMOTOR DE PASSEIO, TIPO HATCH,** zero quilômetro, ano/modelo 2026/2027, motor mínimo 1.0 turbo flex, potência mínima de 115 cv, transmissão manual de no mínimo 05 marchas, capacidade para 05 ocupantes e 05 portas. Equipado com direção elétrica ou hidráulica, ar-condicionado, vidros, travas e retrovisores elétricos, freios ABS, controles de estabilidade e tração, mínimo de 04 airbags, central multimídia com Android Auto e Apple CarPlay, câmera de ré e sensor de estacionamento traseiro. Tanque mínimo de 44 litros, equipamentos obrigatórios conforme legislação vigente, rastreamento veicular com plataforma online e relatórios gerenciais, seguro total, quilometragem livre, sem motorista e sem combustível.	100			

02	**VEÍCULO AUTOMOTOR DE PASSEIO, TIPO SEDAN,** zero quilômetro, ano/modelo mínimo 2026/2027, motor mínimo 1.0 turbo ou 1.3 aspirado, flex, potência mínima de 107 cv, transmissão manual de no mínimo 05 marchas, capacidade para 05 ocupantes e mínimo de 04 portas. Equipado com direção hidráulica ou elétrica, ar-condicionado, vidros, travas e retrovisores elétricos, freios ABS, controles de estabilidade e tração, mínimo de 04 airbags, central multimídia com Android Auto e Apple CarPlay, câmera de ré e sensor de estacionamento traseiro. Tanque mínimo de 44 litros, equipamentos obrigatórios conforme legislação vigente, rastreamento veicular com plataforma online e relatórios gerenciais, seguro total, quilometragem livre, sem motorista e sem combustível.	25			
03	Verba Provisionada - estimativa destinada ao ressarcimento de despesas decorrentes de sinistros, avarias e pagamento de franquias de seguro de veículos locados, quando a responsabilidade for atribuída à CONTRATANTE, mediante comprovação documental e autorização do gestor do contrato. Item de valor fixo, não sujeito à disputa, desconto ou alteração pelos licitantes, sendo pago apenas quando efetivamente utilizado.	01	-	-	110.000,00
VALOR GLOBAL DO LOTE 01 R$ _____ Valor por extenso (_____)					

Nossa proposta de preço para o objeto da licitação em epígrafe é de R$_____ (_____), estando inclusos neste preço final todos os impostos, tributos, encargos trabalhistas e custos de transporte e de fornecimento que por ventura venham a incidir.

Nesta oportunidade, temos a declarar, sob as penas da Lei, que tomamos pleno conhecimento dos serviços objeto desta licitação; que não possuímos nenhum fato impeditivo para participação deste certame e que nos submetemos a todas as cláusulas e condições previstas neste edital e seus anexos.

Declaramos que assumimos inteira responsabilidade pela prestação dos serviços, objeto deste Edital e seus anexos, e que serão executados conforme exigência editalícia e contratual, e que serão iniciados a partir da data da assinatura do Contrato.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do fornecimento, tais como custos diretos e indiretos, fretes,

Instituto Agropolos do Ceará

embalagens, transportes, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, chapista, encargos sociais, trabalhistas, seguros, garantia dos produtos, lucros e/ou quaisquer outros que possam incidir sobre os gastos da empresa e necessários ao cumprimento integral do objeto do edital.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação.

DECLARAMOS, sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais e sob as penas da lei, que toda documentação anexada ao sistema é autêntica.

Declaramos que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme previsto no §1º do art. 63 da Lei nº 14.133/2021.

Declaramos que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas

Local e data

Assinatura do representante legal
(Nome do Representante Legal*)*

Instituto Agropolos do Ceará

(Utilizar papel timbrado da instituição).

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

AO INSTITUTO AGROPOLOS DO CEARÁ

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 116830/2026

....., inscrita no CNPJ n.º ....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) ....., portador (a) da Carteira de Identidade n.º ..... e do CPF n.º ..... DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal n.º 14.133, de 01° de abril de 2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Local e data

_____

Assinatura do representante legal
(Nome do Representante Legal*)*

Instituto Agropolos do Ceará

ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ____ - 20___

PROCESSO Nº 116830/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM (O)A_____

_____

__E (O) A

_____

, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

O **INSTITUTO AGROPOLOS DO CEARÁ**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.867.567/0001-10, sito na Rua Padre Valdevino, 2160, bairro Dionísio Torres, CEP 60.135-414, Fortaleza - Ceará, neste ato representado por seu Diretor Presidente, Sr. _____, (qualificação), inscrito no CPF sob N° ..... e no RG sob N° ....., residente e domiciliado em Fortaleza, Ceará, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa ....., inscrita no CNPJ sob. nº ....., com sede na ....., neste ato representada por seu Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):....., (cargo na empresa) ....., portador da cédula de identidade RG nº ..... expedida pelo (a) e inscrito no CPF/MF sob nº ....., doravante denominado **CONTRATADA,** firmam o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO. O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico n° 116830/2026-IACE, e seus anexos, os preceitos do direito público, a Lei Federal nº 14.133/2021, e outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº 116830/2026-IACE e seus anexos, e à proposta da CONTRATADA, os quais constituem parte deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO. prestação de serviços continuados de locação de veículos automotores, sem motorista e sem fornecimento de combustível, com quilometragem livre, manutenção preventiva e corretiva, assistência técnica, rastreamento veicular e seguro total, destinados ao atendimento das necessidades operacionais, administrativas e técnicas do Instituto Agropolos do Ceará, no âmbito da execução dos Contratos de Gestão, Convênios, Termos de Fomento, Contratos de Repasse e demais instrumentos congêneres firmados com órgãos e entidades públicas ou privadas, de acordo com as especificações abaixo:

Instituto Agropolos do Ceará

LOTE 01					
ITEM	DESCRITIVO DO OBJETO	QTD DE VEICULOS (A)	VALOR UNIT. (R$) (B)	VALOR MENSAL TOTAL ESTIMADO (C = A X B)	VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO (D = C X 12 MESES)
01	**VEÍCULO AUTOMOTOR DE PASSEIO, TIPO HATCH,** zero quilômetro, ano/modelo 2026/2027, motor mínimo 1.0 turbo flex, potência mínima de 115 cv, transmissão manual de no mínimo 05 marchas, capacidade para 05 ocupantes e 05 portas. Equipado com direção elétrica ou hidráulica, ar-condicionado, vidros, travas e retrovisores elétricos, freios ABS, controles de estabilidade e tração, mínimo de 04 airbags, central multimídia com Android Auto e Apple CarPlay, câmera de ré e sensor de estacionamento traseiro. Tanque mínimo de 44 litros, equipamentos obrigatórios conforme legislação vigente, rastreamento veicular com plataforma online e relatórios gerenciais, seguro total, quilometragem livre, sem motorista e sem combustível.	100			
02	**VEÍCULO AUTOMOTOR DE PASSEIO, TIPO SEDAN,** zero quilômetro, ano/modelo mínimo 2026/2027, motor mínimo 1.0 turbo ou 1.3 aspirado, flex, potência mínima de 107 cv, transmissão manual de no mínimo 05 marchas, capacidade para 05 ocupantes e mínimo de 04 portas. Equipado com direção hidráulica ou elétrica, ar-condicionado, vidros, travas e retrovisores elétricos, freios ABS, controles de estabilidade e tração, mínimo de 04 airbags, central multimídia com Android Auto e Apple CarPlay, câmera de ré e sensor de estacionamento traseiro. Tanque mínimo de 44 litros, equipamentos obrigatórios conforme legislação vigente, rastreamento veicular com plataforma online e relatórios gerenciais, seguro total, quilometragem livre, sem motorista e sem combustível.	25			
03	Verba Provisionada - estimativa destinada ao ressarcimento de despesas decorrentes de sinistros,	01	-	-	110.000,00

	avarias e pagamento de franquias de seguro de veículos locados, quando a responsabilidade for atribuída à CONTRATANTE, mediante comprovação documental e autorização do gestor do contrato. Item de valor fixo, não sujeito à disputa, desconto ou alteração pelos licitantes, sendo pago apenas quando efetivamente utilizado.				
VALOR GLOBAL DO LOTE 01 R$ _____ Valor por extenso (_____)					

Parágrafo Único. O quantitativo estimado nas especificações acima não vincula e nem obriga a CONTRATANTE, não sendo garantia de faturamento, ou seja, serão faturadas e pagas apenas os quantitativos utilizados, mediante solicitação do Instituto Agropolos do Ceará.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. A prestação dos serviços dar-se-á sob a forma nos termos estabelecidos na Cláusula Décima do presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO

5.1. O preço contratual global importa na quantia de R$ _____(_____), sujeito a reajustes, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, a contar da apresentação da proposta.

5.1.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da apresentação da proposta.

5.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) indice(s) definitivo(s).

5.5. Caso o(s) indice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

5.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.7. O prazo para resposta ao pedido de reajuste financeiro, quando for o caso, será de 30 (trinta) dias úteis

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO E APROVAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A avaliação da execução do objeto será executada pelo Gestor do Contrato, por meio de relatórios de prestação de serviços apresentados pelo Contratado, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

6.2. O pagamento será efetuado mensalmente, considerando exclusivamente os veículos efetivamente solicitados, disponibilizados e aceitos pelo CONTRATANTE durante o respectivo período de faturamento, observados os valores unitários contratados e as demais condições estabelecidas neste Termo Contratual.

6.3. Quando a disponibilização inicial ou a devolução definitiva de veículo ocorrer no curso do período mensal de faturamento, o valor devido será calculado proporcionalmente aos dias de efetiva disponibilização do veículo ao CONTRATANTE.

6.4. Para fins de faturamento proporcional, o valor diário corresponderá ao valor mensal unitário contratado dividido por 30 (trinta) dias, multiplicado pelo número de dias de efetiva disponibilização do veículo no respectivo período.

6.5. Não serão objeto de faturamento:

6.5.1. veículos não solicitados pelo CONTRATANTE;

6.5.2. períodos anteriores à efetiva disponibilização e aceite do veículo;

6.5.3. períodos posteriores à devolução definitiva do veículo;

6.5.4. períodos de indisponibilidade que excedam os prazos previstos no ANEXO I - Termo de Referência do edital de Pregão Eletrônico n° 116830/2026 sem a correspondente disponibilização de veículo reserva ou substituto; e

6.5.5. serviços, taxas, encargos ou despesas cuja responsabilidade seja atribuída à CONTRATADA.

6.6. A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente documento fiscal correspondente aos serviços efetivamente prestados, acompanhado da documentação necessária à conferência e ao atesto da execução contratual.

6.7. A documentação de faturamento deverá permitir a identificação individualizada dos veículos cobrados no respectivo período, contendo, no mínimo:

6.7.1. placa e identificação do veículo;

6.7.2. categoria do veículo;

6.7.3. período de disponibilização;

6.7.4. valor mensal unitário contratado;

6.7.5. eventual cálculo proporcional, quando aplicável;

6.7.6. registro de substituições ocorridas no período, quando houver; e

6.7.7. valor total correspondente aos serviços efetivamente prestados.

6.8. O pagamento ficará condicionado à conferência e ao atesto do documento fiscal pelo gestor do contrato, que verificará a conformidade dos serviços executados com as condições estabelecidas neste Termo Contratual.

6.9. Constatada divergência, erro, ausência de documentação ou qualquer irregularidade que impeça o atesto, o documento fiscal será devolvido à CONTRATADA para correção ou complementação, ficando o processamento do pagamento correspondente condicionado à regularização da pendência.

6.10. O pagamento dos serviços regulares de locação não implicará reconhecimento, quitação ou aceitação automática de multas, franquias, sinistros, avarias, indenizações ou quaisquer outros valores eventualmente pleiteados pela CONTRATADA.

6.11. Os ressarcimentos eventualmente devidos em razão de sinistros, avarias ou franquias serão processados separadamente do faturamento mensal da locação e dependerão da prévia apuração da responsabilidade, apresentação da documentação comprobatória e autorização do CONTRATANTE, observadas as regras estabelecidas no capítulo específico no ANEXO I - Termo de Referência do edital de Pregão Eletrônico n° 116830/2026.

6.12. Os valores correspondentes à Verba Provisionada para Ressarcimento de Sinistros e Avarias somente serão pagos quando efetivamente utilizados e regularmente comprovados, não sendo admitida sua inclusão automática ou antecipada nas faturas mensais da locação.

6.13. Multas de trânsito eventualmente atribuídas aos condutores autorizados pelo CONTRATANTE observarão procedimento próprio de ressarcimento, nos termos do ANEXO I - Termo de Referência do edital de Pregão Eletrônico n° 116830/2026, não sendo admitida sua inclusão ou desconto automático nas faturas mensais sem a correspondente comprovação e ciência do CONTRATANTE.

6.14. O pagamento será realizado após o regular atesto da documentação fiscal, no prazo e mediante os procedimentos estabelecidos no instrumento contratual e nas normas administrativas aplicáveis ao CONTRATANTE.

6.15. O pagamento efetuado pelo CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades, nem implicará aceitação definitiva de serviços executados em desconformidade com este Termo Contratual, permanecendo resguardado o direito de apuração e adoção das medidas contratuais cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS. As despesas decorrentes da contratação serão custeadas com recursos provenientes de Contratos de Gestão, Convênios, Termos de Fomento, Contratos de Repasse e demais instrumentos congêneres firmados com órgãos e entidades públicas ou privadas, firmados pelo Instituto Agropolos do Ceará, assim como as demandas e ações de interesse do Instituto, através de recursos próprios. Dotação orçamentária gerenciamento de frotas nº 33.50.39.038.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

8.1. O prazo de vigência da contratação é de até 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

8.2. A execução dos serviços ocorrerá durante a vigência contratual, de forma contínua e sob demanda, mediante solicitações formais do CONTRATANTE, observados os quantitativos máximos, prazos, especificações e demais condições estabelecidas neste Termo Contratual.

8.3. A assinatura do contrato não implicará obrigação de solicitação imediata ou integral dos quantitativos máximos estimados, cabendo ao CONTRATANTE requisitar os veículos de acordo com suas necessidades operacionais e disponibilidade orçamentária, sem garantia de utilização ou faturamento integral dos quantitativos previstos.

8.4. Para cada veículo solicitado, o início do faturamento ocorrerá somente a partir da sua efetiva disponibilização ao CONTRATANTE, após o respectivo recebimento e aceite, observados os procedimentos de entrega e vistoria estabelecidos neste Termo Contratual.

8.5. Os períodos em que determinado veículo permanecer indisponível sem a correspondente disponibilização de veículo reserva ou substituto, após ultrapassados os prazos estabelecidos neste Termo Contratual, não serão considerados para fins de faturamento, sem prejuízo das demais medidas contratuais cabíveis.

8.6. A devolução definitiva de veículo solicitado pelo CONTRATANTE encerrará o respectivo período de faturamento, sendo o valor do último período calculado proporcionalmente aos dias de efetiva disponibilização, conforme estabelecido neste Termo Contratual.

8.7. A substituição temporária ou definitiva de veículo, quando realizada em cumprimento às obrigações da CONTRATADA, não caracterizará nova contratação, não implicará reinício de período de faturamento e não autorizará alteração do valor mensal contratado.

8.8. Eventual prorrogação da vigência contratual dependerá de interesse e conveniência do CONTRATANTE, da manutenção das condições necessárias à contratação e da formalização do instrumento próprio, não constituindo direito automático da CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas no ANEXO I - Termo de Referência do edital de Pregão Eletrônico n° 116830/2026, no instrumento contratual e na legislação aplicável, compete à CONTRATADA:

9.1.1. Executar o objeto contratado em conformidade com as especificações, condições, quantitativos efetivamente solicitados, prazos e demais exigências estabelecidas neste Termo Contratual, no instrumento

contratual e em sua proposta, responsabilizando-se integralmente pela adequada prestação dos serviços.

9.1.2. Disponibilizar os veículos solicitados pelo CONTRATANTE nos prazos e condições estabelecidos neste Termo Contratual, devidamente regularizados, licenciados, segurados, equipados e em perfeitas condições de funcionamento, segurança, conservação, higiene e limpeza.

9.1.3. Assegurar a continuidade e regularidade da prestação dos serviços durante toda a execução contratual, adotando tempestivamente as providências necessárias para evitar interrupções decorrentes de manutenção, revisão, pane, sinistro, indisponibilidade ou qualquer outra ocorrência relacionada aos veículos.

9.1.4. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, comunicando imediatamente ao CONTRATANTE qualquer fato superveniente que possa comprometer sua capacidade jurídica, fiscal, técnica, econômico-financeira ou operacional para o cumprimento das obrigações assumidas.

9.1.5. Designar formalmente preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual e pela interlocução com o CONTRATANTE, mantendo atualizados nome, telefone e endereço eletrônico para contato.

9.1.6. Manter canal de atendimento por telefone e meio eletrônico para recebimento e tratamento das demandas relacionadas à execução contratual, assegurando atendimento emergencial 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, inclusive sábados, domingos e feriados, para ocorrências envolvendo pane, acidente, sinistro, roubo, furto, necessidade de socorro, reboque ou substituição emergencial de veículo.

9.1.7. Cumprir integralmente as obrigações relativas à manutenção preventiva e corretiva, assistência técnica, socorro, guincho/reboque, disponibilização de veículo reserva e substituição dos veículos, observando os procedimentos e prazos estabelecidos nos capítulos específicos deste Termo Contratual.

9.1.8. Manter os veículos devidamente registrados, licenciados e regulares perante os órgãos competentes, responsabilizando-se pelo pagamento de IPVA, licenciamento, taxas, encargos e demais obrigações decorrentes da propriedade, posse e regular circulação dos veículos.

9.1.9. Manter, durante todo o período de disponibilização dos veículos, as coberturas securitárias exigidas neste Termo Contratual, adotando as providências necessárias à sua renovação antes dos respectivos vencimentos.

9.1.10. Apresentar ao CONTRATANTE, antes da disponibilização dos veículos e sempre que houver renovação ou alteração, os documentos necessários à comprovação da regularidade dos veículos e das respectivas coberturas securitárias.

9.1.11. Disponibilizar e manter em pleno funcionamento o sistema de rastreamento

e gestão de frota, assegurando ao CONTRATANTE acesso às informações, funcionalidades e relatórios estabelecidos neste Termo Contratual.

9.1.12. Arcar integralmente com os custos de instalação, manutenção, substituição, transmissão de dados e funcionamento dos equipamentos e sistemas de rastreamento utilizados nos veículos, sem qualquer cobrança adicional ao CONTRATANTE.

9.1.13. Providenciar, às suas expensas, durante toda a execução contratual, a instalação, adaptação ou substituição de equipamentos e acessórios que venham a se tornar obrigatórios em razão de alteração da legislação aplicável aos veículos locados.

9.1.14. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer ocorrência, anormalidade, impedimento, falha ou irregularidade que possa comprometer a execução dos serviços, a segurança dos usuários ou a disponibilidade dos veículos.

9.1.15. Corrigir, nos prazos estabelecidos neste Termo Contratual ou, quando não houver prazo específico, naquele fixado pelo CONTRATANTE de acordo com a natureza da ocorrência, as falhas, irregularidades ou desconformidades verificadas durante a execução contratual, sem prejuízo da substituição do veículo quando cabível.

9.1.16. Facilitar as atividades de gestão e fiscalização contratual, prestando tempestivamente os esclarecimentos solicitados e disponibilizando documentos, registros, relatórios e demais informações relacionadas à execução do objeto.

9.1.17. Manter registros individualizados dos veículos disponibilizados, incluindo, quando aplicável, informações relativas à entrega, devolução, quilometragem, manutenção, substituição, rastreamento, multas, sinistros e demais ocorrências relevantes, disponibilizando-os ao CONTRATANTE sempre que solicitado.

9.1.18. Responsabilizar-se pelos danos diretamente causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de ação ou omissão da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos, representantes ou terceiros por ela contratados na execução dos serviços, na medida de sua responsabilidade, sem que a fiscalização exercida pelo CONTRATANTE exclua ou reduza essa responsabilidade.

9.1.19. Responsabilizar-se integralmente pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais encargos decorrentes da execução do objeto, não se estabelecendo qualquer vínculo entre empregados, prepostos, representantes ou fornecedores da CONTRATADA e o CONTRATANTE.

9.1.20. Responsabilizar-se pelo correto recolhimento dos tributos, encargos e demais obrigações fiscais incidentes sobre a execução contratual.

9.1.21. Guardar sigilo sobre dados, documentos, informações, rotinas, trajetos e demais conteúdos a que tiver acesso em razão da execução contratual,

utilizando-os exclusivamente para as finalidades relacionadas à prestação dos serviços, ressalvadas as hipóteses de divulgação exigidas por lei ou autoridade competente.

9.1.22. Adotar medidas adequadas de segurança para proteção dos dados e informações obtidos ou tratados em razão da execução contratual, especialmente aqueles provenientes dos sistemas de rastreamento e gestão de frota, impedindo acesso, utilização, compartilhamento ou divulgação não autorizados.

9.1.23. Não utilizar nos veículos disponibilizados ao CONTRATANTE letreiros, adesivos, marcas, logotipos ou elementos publicitários da CONTRATADA ou de terceiros, salvo quando exigidos pela legislação ou previamente autorizados pelo CONTRATANTE.

9.1.24. Não promover alterações nas características dos veículos disponibilizados que possam comprometer as especificações exigidas neste Termo Contratual sem prévia anuência do CONTRATANTE.

9.1.25. Analisar e responder formalmente às solicitações do CONTRATANTE relativas a adaptações ou alterações nas características originais dos veículos, quando cabíveis, informando previamente eventuais implicações técnicas, legais ou securitárias.

9.1.26. Reembolsar ao CONTRATANTE, mediante procedimento devidamente comprovado, as despesas que este tenha sido obrigado a realizar em decorrência do descumprimento de obrigação atribuída à CONTRATADA, sem prejuízo das demais medidas contratuais cabíveis.

9.1.27. Não transferir ao CONTRATANTE custos ou despesas decorrentes de manutenção, desgaste decorrente da utilização normal, vícios, defeitos, documentação, tributos, seguro, rastreamento, assistência, substituição ou demais obrigações atribuídas à CONTRATADA neste Termo Contratual.

9.1.28. Encaminhar os documentos fiscais e demais documentos exigidos para fins de faturamento e pagamento, observadas as condições e os procedimentos estabelecidos neste instrumento contratual.

9.1.29. Cumprir as determinações regularmente expedidas pelo gestor e pelo fiscal do contrato relacionadas à execução do objeto, desde que compatíveis com no Termo de Referência – ANEXO I do edital de Pregão Eletrônico n° 116830/2026, o instrumento contratual e a legislação aplicável.

9.1.30. Comunicar previamente ao CONTRATANTE qualquer alteração relevante em sua estrutura operacional, canais de atendimento, preposto ou demais condições que possam afetar a execução do objeto contratado.

9.2. A contratada ficará obrigada também às obrigações especificadas no Termo de Referência – ANEXO I do edital de Pregão Eletrônico n° 116830/2026.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Termo Contratual e no instrumento contratual, compete ao CONTRATANTE:

10.1.1. Acompanhar, gerir e fiscalizar a execução dos serviços, por meio de gestor e/ou fiscal formalmente designado, verificando o cumprimento das condições, especificações, prazos e demais obrigações estabelecidas neste instrumento contratual;

10.1.2. Notificar formalmente a CONTRATADA sobre falhas, irregularidades, desconformidades ou inadimplementos constatados durante a execução contratual, fixando prazo para sua correção quando a natureza da ocorrência assim permitir, sem prejuízo das demais medidas cabíveis;

10.1.3. Prestar à CONTRATADA as informações e esclarecimentos necessários à adequada execução dos serviços, desde que relacionados ao objeto contratado e estejam sob sua responsabilidade;

10.1.4. Emitir as solicitações de disponibilização, devolução, substituição ou demais movimentações dos veículos, conforme suas necessidades e observadas as condições estabelecidas neste instrumento contratual;

10.1.5. Utilizar os veículos exclusivamente para atividades relacionadas às finalidades institucionais do CONTRATANTE, por intermédio de condutores devidamente habilitados e autorizados;

10.1.6. Zelar pela adequada utilização dos veículos durante o período em que estiverem sob sua responsabilidade, observando as normas de trânsito, as orientações de segurança e as condições de uso estabelecidas neste instrumento contratual;

10.1.7. Permitir e viabilizar, mediante prévio ajuste com a CONTRATADA, a retirada dos veículos para realização das manutenções preventivas, corretivas e revisões necessárias, observadas as condições relativas à disponibilização de veículo reserva previstas neste instrumento contratual;

10.1.8. Informar à CONTRATADA, tão logo tenha conhecimento, a ocorrência de pane, defeito, acidente, colisão, roubo, furto, incêndio, avaria ou qualquer outro fato relevante envolvendo os veículos locados, adotando as providências que lhe competirem nos termos deste instrumento contratual;

10.1.9. Providenciar, quando cabível, os documentos e informações sob sua responsabilidade necessários à comunicação e instrução de sinistros, observados os procedimentos e prazos estabelecidos no capítulo específico deste instrumento contratual;

10.1.10. Adotar as providências necessárias à identificação dos condutores responsáveis por infrações de trânsito, desde que as respectivas notificações sejam encaminhadas pela CONTRATADA nos prazos e condições estabelecidos neste instrumento contratual;

10.1.11. Responsabilizar-se pelo abastecimento dos veículos durante o período de utilização, observadas as condições estabelecidas neste instrumento contratual;

10.1.12. Não realizar nem autorizar modificações, adaptações ou alterações nas características originais dos veículos sem prévia anuência formal da CONTRATADA, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas no instrumento contratual;

10.1.13. Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade identificada nas condições de funcionamento, conservação, segurança, documentação ou rastreamento dos veículos;

10.1.14. Realizar, quando entender necessário, inspeções e vistorias nos veículos disponibilizados, podendo determinar a retirada de operação daqueles que apresentem condições incompatíveis com as exigências estabelecidas neste instrumento contratual;

10.1.15. Receber, conferir e atestar, quando regulares, os documentos e serviços apresentados pela CONTRATADA para fins de faturamento e pagamento;

10.1.16. Efetuar os pagamentos devidos pelos serviços efetivamente prestados e regularmente atestados, observados os valores contratados, os procedimentos de faturamento e as demais condições estabelecidas neste instrumento contratual;

10.1.17. Analisar, mediante a documentação pertinente, eventuais solicitações de ressarcimento decorrentes de multas, sinistros, avarias ou franquias, reconhecendo exclusivamente os valores cuja responsabilidade do CONTRATANTE esteja devidamente caracterizada e comprovada, nos termos deste instrumento contratual;

10.1.18. Comunicar formalmente à CONTRATADA eventual necessidade de devolução definitiva de veículos que deixarem de ser necessários à execução das atividades institucionais, observados os procedimentos contratuais aplicáveis.

10.2. A contratante ficará obrigada também às obrigações especificadas no Termo de Referência – ANEXO I do edital de Pregão Eletrônico n° 116830/2026.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO GESTOR E DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada, pelo(a) senhor(a) _____ especialmente designado para este fim pela contratante, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual.

11.2. A gestão e a fiscalização da execução contratual serão exercidas por representantes formalmente designados pelo CONTRATANTE, aos quais competirá acompanhar e verificar o cumprimento das obrigações estabelecidas neste no instrumento contratual e na proposta da CONTRATADA.

11.3. A fiscalização será exercida de forma sistemática, podendo compreender, dentre outras medidas, a verificação da disponibilidade dos veículos, das condições de funcionamento, conservação e segurança, da regularidade documental, do cumprimento dos prazos, das manutenções, substituições, coberturas securitárias, sistemas de rastreamento e demais condições relacionadas à execução do objeto.

11.4. O gestor do contrato poderá solicitar à CONTRATADA, sempre que necessário, documentos, registros, relatórios, esclarecimentos e demais informações relacionadas à execução contratual, devendo a CONTRATADA disponibilizá-los no prazo estabelecido na solicitação, observado prazo razoável em função da natureza da informação requerida.

11.5. As ocorrências, falhas, irregularidades ou desconformidades identificadas durante a execução contratual poderão ser registradas pelo gestor e formalmente comunicadas à CONTRATADA para adoção das providências necessárias à sua correção, observados os prazos estabelecidos no Termo de Referência – ANEXO I do edital de Pregão Eletrônico n° 116830/2026 ou, quando inexistentes, aqueles fixados pelo CONTRATANTE de acordo com a natureza da ocorrência.

11.6. Nas situações que representem risco à segurança dos usuários, à regularidade da circulação ou à continuidade dos serviços, o gestor poderá determinar a imediata retirada do veículo de operação, cabendo à CONTRATADA providenciar sua substituição nos prazos e condições estabelecidos neste instrumento contratual.

11.7. O gestor poderá rejeitar, no todo ou em parte, serviços, veículos, documentos ou cobranças que estejam em desacordo com as especificações e condições estabelecidas neste instrumento contratual, devendo indicar as irregularidades identificadas para adoção das providências cabíveis.

11.8. Compete ao gestor conferir a documentação apresentada para faturamento, verificar a correspondência entre os veículos efetivamente disponibilizados e os valores cobrados e, quando constatada a regular execução dos serviços, proceder ao respectivo atesto.

11.9. A fiscalização deverá manter registro das ocorrências relevantes verificadas durante a execução contratual, especialmente aquelas relacionadas à indisponibilidade de veículos, atrasos, substituições, manutenções, sinistros, avarias, multas, descumprimento de prazos e demais situações que possam repercutir na execução, no faturamento ou na responsabilização das partes.

11.10. A CONTRATADA deverá permitir e facilitar o exercício da fiscalização, assegurando acesso às informações, documentos, sistemas e veículos relacionados à execução contratual, respeitados os limites do objeto contratado e as disposições aplicáveis à proteção de dados e informações.

11.11. O exercício da gestão e da fiscalização pelo CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela adequada execução dos serviços, inclusive perante terceiros, nem implica corresponsabilidade do CONTRATANTE por falhas, irregularidades ou danos decorrentes de atos ou omissões atribuíveis à CONTRATADA.

11.12. A eventual ausência de registro ou manifestação imediata da fiscalização acerca de irregularidade não implicará aceitação definitiva do serviço, renúncia a direitos ou afastamento das responsabilidades da CONTRATADA previstas neste instrumento contratual.

11.13. O gestor deverá comunicar à autoridade competente as situações que ultrapassem suas atribuições ou que possam ensejar aplicação de medidas

administrativas ou contratuais, instruindo a comunicação com os registros e documentos disponíveis.

11.14. As determinações e solicitações expedidas pela gestão relacionadas à execução do objeto deverão ser atendidas pela CONTRATADA, desde que compatíveis com o instrumento contratual e com as obrigações assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei n° 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame.

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva ou;

12.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. Não celebrar contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

12.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5. Fraudar a licitação.

12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei n° 12.846/2013.

12.2. Com fulcro na Lei n° 14.133/2021, o Instituto Agropolos poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa;

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida:

12.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. As circunstancias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado, conforme §3° do art. 156 da Lei n° 14.133/2021.

12.4.1. A multa será recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 5% (cinco por cento) do valor do contrato licitado.

12.4.1.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar junto ao Instituto Agropolos do Ceará, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cujo duração observará o prazo previsto no art. 156, §5°, da Lei 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Instituto Agropolos do

Ceará, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades.

12.10. O licitante recolherá a multa por meio de - transferência bancária ao Instituto Agropolos do Ceará, podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do Instituto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

13.1. O Banco tem como política exigir dos Mutuários (inclusive dos beneficiários de financiamento do Banco), licitantes (consultor/proponentes), consultores, prestadores e fornecedores, terceirizados, consultores terceirizados, prestadores de serviços ou fornecedores, agentes (declarados ou não) e qualquer um de seus funcionários, que se pautem pelo mais alto padrão ético e se abstenham de envolvimento em práticas de fraude e corrupção nos processos de aquisição, seleção e execução de contratos por ele financiados.

13.1.1. Para tanto:

a. Para os fins desta disposição, o Banco dá aos termos abaixo as seguintes definições:

i. "**prática corrupta**' significa oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, coisa de valor com a intenção de influenciar de forma indevida o modo de agir de terceiros;

ii. "**prática fraudulenta**' refere-se a qualquer ação ou omissão, inclusive declarações inverídicas, que, de forma intencional ou irresponsável, induza ou busque induzir uma parte a erro com o objetivo de obter benefício financeiro ou de outra natureza ou de evitar uma obrigação;

iii. "**prática colusiva**' refere-se a uma combinação entre duas ou mais partes para alcançar um objetivo escuso, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;

iv. "**prática coercitiva**' significa causar prejuízo ou dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte ou à sua propriedade, para influenciar as ações de uma parte;

v. "**prática obstrutiva**' significa:

(a) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de obstruir investigação do Banco referente a supostas práticas de corrupção, fraude, coerção ou conluio; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento; ou

(b) atos que tenham como objetivo impedir o Banco de exercer seu direito a inspeções ou auditorias, previsto no parágrafo 2.2 e abaixo.

b. O Banco rejeitará propostas de adjudicação se verificar que a empresa ou a pessoa física recomendada para adjudicação do contrato, qualquer um dos seus funcionários ou seus agentes, consultores terceirizados, fornecedores terceirizados, prestadores de serviços e/ou os funcionários destes, teve envolvimento, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, de conluio, coerção ou obstrução quando concorreu ao contrato em questão;

c. Além das tutelas judiciais previstas no correspondente Acordo Legal, o Banco poderá tomar outras medidas cabíveis, entre elas declarar a aquisição viciada, se concluir, em qualquer momento, que os representantes do Mutuário ou de um beneficiário de uma parcela qualquer dos recursos do empréstimo tiveram envolvimento em práticas corruptas, fraudulentas, de conluio, coerção ou obstrução durante o processo de aquisição, seleção e/ou execução do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha tomado oportunamente as medidas cabíveis, a contento do Banco, para combater essas práticas quando ocorrerem, inclusive ao não cientificar o Banco quando tomar conhecimento dessas práticas;

d. Será objeto de sanções pelo Banco qualquer empresa ou pessoa física, conforme as Diretrizes Anticorrupção do Banco e as políticas e procedimentos vigentes sobre aplicação de sanções estabelecidas no Sistema de Sanções do Grupo Banco Mundial, se ficar constatado, em qualquer momento, seu envolvimento em Fraude e Corrupção em processos de aquisição, na seleção e/ou na execução de um contrato financiado pelo Banco;

e. O Banco solicita que os documentos de Solicitação de Ofertas/Propostas e os contratos financiados com empréstimo por ele concedido contenham cláusula por meio da qual os licitantes (candidatos/proponentes), consultores, prestadores e fornecedores, assim como seus prestadores e consultores terceirizados, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores se obrigam a autorizá-lo a inspecionar todas as contas e registros, além de outros documentos referentes ao processo de aquisição, seleção e execução do contrato, e a submetê-los a auditoria a cargo de profissionais por ele designados;

f. as operações a serem financiadas pelo Banco usando métodos de aquisição oficiais do país, bem como nas PPPs, o processo de aquisição, seleção e/ou execução do contrato do Banco exige que os licitantes (candidatos/proponentes) e consultores que apresentam ofertas/propostas se comprometam a aceitar a aplicação das Diretrizes Anticorrupção e a observá-las, durante o processo de aquisição, seleção e/ou execução do contrato, incluindo o direito do Banco de aplicar sanções, estabelecido no parágrafo 2.2 d., e de inspecionar e auditar, estabelecido no parágrafo 2.2 e. Os Mutuários consultarão e aplicarão as listas de empresas e pessoas físicas suspensas ou impedidas de contratar com o Banco. Caso o Mutuário firme contrato com empresa ou pessoa física suspensa ou impedida pelo Grupo Banco Mundial, o Banco não financiará as despesas correspondentes e estará facultado a aplicar outras medidas cabíveis; e

g. Quando uma agência da Organização das Nações Unidas (ONU) for selecionada pelo Mutuário para a aquisição de bens, obras, serviços técnicos e assistência técnica, conforme disposto nos parágrafos 6.47, 6.48, 7.27 e 7.28 do Regulamento de Aquisições, no âmbito de contrato firmado entre o Mutuário e a agência da ONU, o Banco exigirá que as disposições do parágrafo 2 deste Anexo relativamente às

sanções por Fraude ou Corrupção sejam aplicadas na sua totalidade a todos os fornecedores, consultores, fornecedores e consultores terceirizados, prestadores de serviços e seus funcionários, que firmaram contratos com a agência da ONU. Como exceção ao disposto acima, os parágrafos 11.2 d. e 11.2 e. não se aplicarão à agência da ONU nem aos seus funcionários, e o parágrafo 11.2 e. não se aplicará aos contratos entre a agência da ONU e seus fornecedores e prestadores de serviço.

Nesses casos, a agência da ONU aplicará suas próprias normas e regras para investigar alegações de Fraude ou Corrupção, sem prejuízo das cláusulas e condições que o Banco e a agência da ONU possam acordar, inclusive a obrigação de informar periodicamente o Banco das decisões e medidas tomadas. O Banco se reserva o direito de exigir que o Mutuário invoque medidas como as de suspensão ou rescisão. As agências da ONU consultarão a lista de empresas e pessoas físicas suspensas ou impedidas elaborada pelo Grupo Banco Mundial. Caso a agência da ONU firme contrato ou ordem de compra com empresa ou pessoa física suspensa ou impedida pelo Grupo Banco Mundial, o Banco não financiará as despesas correspondentes e estará facultado a aplicar outras medidas cabíveis.

13.1.2. Com a concordância expressa do Banco, o Mutuário poderá inserir nos documentos de Solicitação de Ofertas/Propostas referentes a contratos financiados com seus recursos exigência de que o licitante ou consultor se comprometa a observar, durante o Processo de Aquisição, a legislação do país relativa à fraude e corrupção (inclusive suborno), conforme tenha sido identificada nos documentos de Solicitação de Ofertas/Propostas. O Banco aceitará a inclusão dessa exigência a pedido do Mutuário, desde que as disposições aplicáveis lhe sejam satisfatórias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS POLÍTICAS OBRIGATÓRIAS DO FIDA – PROJETO SERTÃO VIVO.

14.1. DA POLÍTICA ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO.

Os beneficiários do financiamento do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), incluindo a Agência Líder e sua equipe de colaboradores, parceiros de implementação, consultores, subconsultores, prestadores de serviços, fornecedores, subfornecedores, contratados, subcontratados e seus agentes (declarados ou não), comprometem-se a observar os mais elevados padrões de ética e integridade durante todo o processo de aquisição e execução contratual, em conformidade com a Política Revisada do FIDA sobre Prevenção de Fraude e Corrupção em suas Atividades e Operações.

Nos termos dessa política, são consideradas inadmissíveis determinadas condutas que comprometem a lisura e a transparência das atividades financiadas ou gerenciadas pelo FIDA. Tais condutas são denominadas práticas proibidas, e incluem:

a. "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer item de valor com o objetivo de influenciar indevidamente o desempenho de outra parte;

b. "Prática fraudulenta": qualquer ato ou omissão que induza ou pretenda induzir outra parte em erro, inclusive por meio de deturpação, com o objetivo de obter vantagem indevida ou evitar obrigações;

c. "Prática colusiva": acordo entre duas ou mais partes com o propósito de influenciar indevidamente as ações de terceiros;

d. "Prática coercitiva": causar ou ameaçar causar prejuízo ou dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte ou à sua propriedade, com o intuito de influenciar indevidamente suas ações;

e. "Prática obstrutiva":

(i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar evidências relevantes para investigação do FIDA, ou prestar declarações falsas com o intuito de obstruir a investigação;

(ii) ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para impedir a divulgação de informações relevantes ou a continuidade da investigação;

(iii) adotar qualquer medida que comprometa o exercício dos direitos contratuais do FIDA de auditar, inspecionar e acessar informações.

O FIDA poderá recusar a adjudicação de contratos, ou declarar a compra ou contratação como viciada, caso identifique a ocorrência de práticas proibidas e constate que o beneficiário não adotou medidas tempestivas e adequadas para saná-las. O Contratado, seus representantes, colaboradores, subcontratados, consultores, fornecedores e demais envolvidos deverão cooperar integralmente com investigações conduzidas pelo Fundo, inclusive permitindo entrevistas, auditorias e acesso irrestrito a documentos, registros e instalações relacionados à atividade financiada ou gerenciada pelo FIDA.

O Contratado compromete-se a declarar quaisquer penalidades anteriores ou condenações criminais relevantes, bem como informar comissões ou taxas pagas ou a serem pagas a agentes ou terceiros em conexão com o processo de aquisição ou execução contratual.

O FIDA imporá sanções ao Contratado, podendo declará-lo inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para outorga de um contrato financiado pelo FIDA, se a qualquer momento concluir que ele teve envolvimento direto ou por meio de um agente com práticas corruptas, fraudulentas, colusivas ou coercitivas ao participar da seleção ou executar o contrato.

Todos os registros e documentos relacionados ao processo de aquisição, inclusive em formato eletrônico, deverão ser mantidos disponíveis por um período mínimo de três (03) anos a partir da conclusão do processo competitivo ou da assinatura do contrato, conforme aplicável.

14.2. DA POLÍTICA DE COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO E AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO.

Os proponentes e contratados devem observar integralmente a **Política do FIDA de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo.** É estritamente proibida a utilização de recursos, bens ou serviços relacionados ao Projeto para fins ilícitos, inclusive lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo ou descumprimento de sanções aplicáveis. O descumprimento desta obrigação poderá resultar em desclassificação, rescisão contratual e demais medidas cabíveis.

14.3. DA POLÍTICA DE COMBATE AO ASSÉDIO SEXUAL E À EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAL.

Em conformidade com as diretrizes do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), este Termo de Referência estabelece que todos os beneficiários de financiamento, incluindo o contratante, consultores, parceiros de implementação, prestadores de serviços, fornecedores, subcontratados, subconsultores, bem como quaisquer de seus agentes (declarados ou não) e membros da equipe, deverão observar integralmente a Política do FIDA sobre Prevenção e Resposta ao Assédio Sexual, Exploração e Abusos Sexuais.

Para os fins desta cláusula, e conforme a Política mencionada, atualizada periodicamente, adotam-se as seguintes definições:

I – Assédio Sexual: Qualquer investida sexual inadequada, solicitação de favores sexuais ou outra conduta verbal, não verbal ou física de natureza sexual que interfira indevidamente no desempenho profissional, seja utilizada como condição de trabalho ou crie um ambiente laboral intimidatório, hostil ou ofensivo.

II – Exploração e Abuso Sexual: Refere-se ao abuso — ou tentativa de abuso — de uma situação de vulnerabilidade, de uma relação de poder desigual ou da confiança de uma pessoa para fins sexuais, incluindo, mas não se limitando à obtenção de vantagens materiais, sociais ou políticas por meio da exploração sexual de terceiros (exploração sexual); bem como qualquer ato de natureza sexual que envolva intrusão física ou ameaça de intrusão física, cometido mediante força, em condições de desigualdade ou sob coação (abuso sexual).

O contratado deverá adotar todas as medidas cabíveis para prevenir e coibir o assédio sexual e a exploração e abuso sexual por parte de seus funcionários, subcontratados ou qualquer outra pessoa empregada direta ou indiretamente por ele ou por seus subcontratados na execução do contrato.

É obrigatória a comunicação imediata ao contratante e ao FIDA de qualquer incidente relacionado ao assédio sexual ou à exploração e abuso sexual ocorrido durante ou anteriormente à execução do contrato, incluindo condenações, medidas disciplinares, sanções ou investigações pertinentes.

O contratante reserva-se o direito de adotar todas as medidas que considerar adequadas, inclusive a rescisão contratual, com base em atos comprovados de assédio sexual ou exploração e abuso sexual que estejam relacionados à execução do contrato.

O contratado deverá declarar previamente quaisquer sanções, condenações, medidas disciplinares ou antecedentes criminais relacionados ao tema.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD).

15.1. O(A) Contratado(a) declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, o CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

15.2. O(A) Contratado(a) somente poderá tratar dados pessoais nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais poderá realizar o tratamento para fins distintos do fornecimento e/ou execução dos serviços especificados no certame ou no contrato administrativo.

15.3. O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as hipóteses de tratamento previstas nos arts. 7º, 11, 14, 23, 24 e 26 da LGPD e somente para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, observando a persecução do interesse público e os princípios do art. 6º da LGPD e 37 da Constituição Federal de 1988.

15.4. O(A) Contratado(a) deverá indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da publicação do Aditivo, a identidade e informações de contato do seu Encarregado de Proteção de Dados, bem como, se aplicável, o endereço da página eletrônica onde essa designação é realizada, conforme estabelecido no § 1º do art. 41 da LGPD e se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.

15.5. O(A) Contratado(a) deverá cooperar com a Administração Direta e Indireta do Estado do Ceará no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de Controle, quando relacionados ao objeto contratual.

15.6. O(A) Contratado(a) não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

15.7. Caso autorizada transmissão de dados pelo(a) CONTRATADO(A) a terceiros, as informações fornecidas e/ou compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, adotando procedimentos de segurança que assegurem a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

15.8. As PARTES se obrigam a zelar pelo sigilo dos dados, garantindo que apenas as pessoas que efetivamente precisam acessá-los o façam, submetendo-as, em todo caso, ao dever de confidencialidade.

15.9. Ocorrendo o término do tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD é dever do(a) CONTRATADO(A) eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da mesma lei, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

15.10. O(A) Contratado(a) não poderá deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

15.11. O(A) Contratado(a) deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de seu tratamento.

15.12. O(A) Contratado(a) fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais, e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

15.13. As PARTES devem adotar boas práticas de governança e medidas técnicas e administrativas em relação ao tratamento dos dados, compatíveis com a estrutura, a escala e o volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados.

15.14. É dever do(a) CONTRATADO(A) orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, inclusive dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula.

15.15. O(A) Contratado(a) se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, fornecedores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, agirão de acordo com o presente contrato, com as leis de proteção de dados e que estes respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento

que estar disponível em caráter permanente para exibição do CONTRATANTE, mediante solicitação.

15.16. O(A) Contratado(a) deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

15.17. Em caso de incidente de segurança em relação aos dados tratados neste certame/contrato, que comprometa a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, a PARTE que sofreu o incidente deverá comunicar imediatamente a ocorrência a partir de uma notificação que conterá, no mínimo:
a) Data e hora do incidente;
b) Data e hora da ciência pela PARTE responsável;
c) Descrição dos dados pessoais afetados;
d) Número de titulares afetados;
e) Relação dos titulares envolvidos;
f) Riscos relacionados ao incidente;
g) Indicação das medidas técnicas e de segurança, utilizadas para a proteção dos dados;
h) Motivos da demora, no caso de a comunicação não haver sido imediata;
i) Medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
j) O contato do Encarregado de Proteção de Dados ou de outra pessoa junto a qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido.

15.18. Na hipótese descrita acima, as PARTES atuarão em regime de cooperação para:
a) Definir e implementar as medidas necessárias para fazer cessar o incidente e minimizar seus impactos;
b) Prover as informações necessárias à apuração do ocorrido no menor prazo possível;
c) Definir o padrão de respostas a serem dadas aos dias 7, terceiros, à ANPD e demais autoridades competentes.

15.19. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros;

15.20. A critério do CONTRATANTE, o(a) Contratado(a) poderá ser provocado a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos bens e/ou serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

15.21. O(A) CONTRATADO(A) indenizará o CONTRATANTE, em razão do não cumprimento por parte do(a) Contratado(a) das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face do CONTRATANTE a esse título.

15.22. Em caso de responsabilização do Estado por danos e/ou violações à LGPD decorrentes do objeto do contrato, deverá ser apurado os danos que efetivamente cada uma das partes causarem ao titular dos dados, para fins de assegurar o direito de regresso do Estado nos termos da legislação.

15.23. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o(a) Contratado(a) atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

15.24. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da Lei nº 13.709/2018 deverão ser comunicados à ANPD.

Parágrafo Único. Este instrumento pode ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORMULÁRIO DE AUTOCERTIFICAÇÃO. Em cumprimento à Política Revisada do FIDA sobre prevenção de Fraude e Corrupção, em suas atividades e operações, os contratos celebrados no âmbito do Projeto Sertão Vivo deverão ser acompanhados do formulário de autocertificação de idoneidade e ausência de conflito de interesses. O preenchimento dos referidos formulários (etapa licitatória e etapa contratual) pelos(as) contratados(as), fornecedores de bens e/ou prestadores de serviços será obrigatório, e sua validação será pré-requisito para a assinatura dos respectivos contratos. O referido formulário segue anexo a este contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

17.1. Este contrato se extingue nas seguintes hipóteses:

I- Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto, e;

II- Quando mesmo não cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, ocorrer algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n° 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a) Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

17.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

18.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. Fica eleito o foro do município da sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não possam ser resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Local e data

(nome do(a) representante)
CONTRATANTE

(nome do(a) representante)
CONTRATADA

Testemunhas:

(nome da testemunha 1)
RG:
CPF:

(nome da testemunha 2)
RG:
CPF:

Visto:
(nome do(a) procurador(a)/assessor(a) jurídico(a) da CONTRATANTE)

Instituto Agropolos do Ceará

APÊNDICE I DO CONTRATO - *[adaptar a referência]*: Disposições adicionais
(Preencher na assinatura do contrato)

A terminologia utilizada, mas não definida no presente anexo terá o significado determinado nas condições gerais aplicáveis aos contratos, as condições especiais aplicáveis aos contratos, a Política do FIDA em matéria de Prevenção da Fraude e da Corrupção nas suas Atividades e Operações, a Política do FIDA sobre Prevenção e Resposta ao Assédio Sexual e à Exploração e aos Abusos Sexuais, ou o Acordo de Financiamento ou os acordos conexos.

A. Direitos do FIDA

1. O FIDA tem competência para investigar denúncias e outros indícios de práticas proibidas e impor sanções a terceiros (incluindo contratantes) por tais práticas em relação às operações ou atividades financiadas e/ou geridas pelo FIDA.

2. O FIDA poderá reconhecer unilateralmente as proibições impostas por outros bancos multilaterais de desenvolvimento se tais proibições cumprirem os requisitos para o reconhecimento mútuo sob o Acordo de Reconhecimento Mútuo do Cumprimento das Decisões de Proibição[1].

B. Cumprimento da Política do FIDA em matéria de Prevenção da Fraude e da Corrupção nas suas Atividades e Operações e da Política do FIDA sobre Prevenção e Resposta ao Assédio Sexual e à Exploração e aos Abusos Sexuais

3. O contratado deve cumprir integralmente a **Política do FIDA em matéria de Prevenção da Fraude e da Corrupção em suas Atividades e Operações** (a "Política de Combate à Corrupção", disponível em https://www.ifad.org/es/document-detail/asset/40189695) e a **Política do FIDA sobre Prevenção e Resposta ao Assédio Sexual, à Exploração e aos Abusos Sexuais** (disponível em https://www.ifad.org/es/document-detail/asset/40738506). O não cumprimento dessas políticas pode levar à aplicação de medidas administrativas, como a suspensão ou rescisão do contrato entre o contratado e a entidade contratante.

4. O contratado, ao enviar o acordo contratual assinado à entidade contratante, deve anexar o formulário de autocertificação fornecido no anexo X i) *[adaptar a referência]* devidamente preenchido.

5. O contratado deve cooperar plenamente em qualquer investigação realizada pelo FIDA, de acordo com as políticas e procedimentos do Fundo, em particular: i) permitindo que seu pessoal seja entrevistado e dando pleno acesso a todas as contas, locais, documentos e registos (incluindo registros eletrônicos) relacionados com a operação ou atividade pertinente financiada e/ou gerida pelo FIDA; e ii) apresentando tais contas,

[1] Acordo entre o Grupo do Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco Asiático de Desenvolvimento e o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento. Para consultar informações adicionais, por favor visite o seguinte link: http://crossdebarment.org/.

locais, documentos e registros para auditoria e/ou inspeção por auditores e/ou investigadores designados pelo Fundo.

6. O contratado deve manter todas as contas, documentos e registros relativos a qualquer operação ou atividade financiada e/ou gerida pelo FIDA por um período mínimo de três anos após o término do contrato.

7. O contratado deve informar prontamente o Fundo de quaisquer denúncias ou outros indícios de práticas proibidas, conforme definidas na política anticorrupção do FIDA, que surjam durante o período de execução do contrato. As instruções para comunicar tais denúncias podem ser encontradas no seguinte link: https://www.ifad.org/es/anti-corruption.

8. O contratado deve informar prontamente o Fundo ou a entidade contratante de qualquer denúncia ou outros indícios de práticas de assédio, exploração e abuso sexual, conforme definido na **Política do FIDA sobre Prevenção e Resposta ao Assédio Sexual e à Exploração e aos Abusos Sexuais**, de que tenha conhecimento durante o período de execução do contrato. As instruções para comunicar tais denúncias podem ser encontradas no seguinte link: https://www.ifad.org/es/ethics.

C. Disposições transferíveis

No caso de o contratado assinar acordos de subcontratação, nos termos do presente contrato, deverá garantir que sejam incluídas todas as disposições constantes das secções (A) a (C).

Instituto Agropolos do Ceará

APÊNDICE II DO CONTRATO - Formulário de autocertificação (Preencher na assinatura do contrato)

Em conformidade com a seção B das disposições adicionais no Apêndice à este contrato, o contratante deve preencher este formulário de autocertificação. O contratado deve enviar o formulário preenchido junto com o acordo contratual assinado para *[introduzir aqui o nome da entidade contratante]* por meio do email *[indicar endereço de e-mail]*. Mais adiante neste documento estão as instruções para preencher este formulário.

Razão social do contratado:	
Nome completo e cargo do representante legal do contratado:	
Título completo e número do contrato:	
Projeto no âmbito do qual o contrato é assinado:	
País:	
Data:	

Eu certifico que sou o(a) representante autorizado(a) de *[nome do contratado]* e que as informações fornecidas neste documento são verdadeiras e corretas em todos os aspectos substanciais. Além disso, entendo que qualquer imprecisão significativa, declaração falsa ou omissão das informações solicitadas na presente autocertificação pode resultar na aplicação de sanções e medidas corretivas, incluindo a suspensão ou rescisão do contrato assinado entre o contratado e a entidade contratante, bem como a proibição permanente de participar em atividades e operações financiadas e/ou geridas pelo FIDA, em conformidade com as Diretrizes do FIDA para a Aquisição de Bens e a Contratação de Obras e Serviços no âmbito dos Projetos, o Manual sobre a Aquisição de Bens e a Contratação de Obras e Serviços e outras políticas e procedimentos aplicáveis, como

- a Política do FIDA em matéria de Prevenção da Fraude e da Corrupção nas suas Atividades e Operações
  (disponível em https://www.ifad.org/es/document-detail/asset/40189695),
- a Política do FIDA contra o Branqueamento de Capitais e o Financiamento do Terrorismo
  (disponível em https://www.ifad.org/es/w/documentos-institucionales/politicas/politica-contra-el-lavado-de-dinero-y-el-financiamiento-del-terrorismo), y
- a Política do FIDA sobre Prevenção e Resposta ao Assédio Sexual e à Exploração e aos Abusos Sexuais
  (disponível em https://www.ifad.org/es/document-detail/asset/40738506).

Assinatura autorizada: _____ **Data:**_____

Nome do signatário em maiúsculas: _____

Instituto Agropolos do Ceará

☐ O contratado certifica que ele mesmo, seu(s) gerente(s), sócio(es), proprietário(s), pessoal-chave, agentes, subconsultores, subcontratados e parceiros do consórcio ou da empresa conjunta (joint venture) **NÃO** incorreram em práticas fraudulentas, corruptas, colusórias, coercivas ou obstrutivas, bem como crimes relacionados com lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo ou outros delitos relacionados, em relação a este processo de aquisição e contratação e este contrato.

☐ O contratado declara que ele mesmo e/ou qualquer de seus diretores, associados, proprietários, pessoal chave, agentes, subconsultores, subcontratados e sócios do consórcio ou da empresa conjunta foram objeto de condenações penais, decisões judiciais (incluindo acordos de culpa ou outras decisões equivalentes), sanções administrativas (incluindo as inabilitações em virtude do estabelecido no Acordo de Reconhecimento Mútuo do Cumprimento das Decisões de Inabilitação (o "Acordo de Inabilitação Cruzadas"[2])) e/ou as suspensões temporárias indicadas a seguir:

Naturaleza de la medida (es decir, condena penal, decisiones judiciales, sanción administrativa o suspensión temporal)	Impuesta por	Nombre de la parte condenada, sancionada o suspendida (y relación con el contratista)	Fundamentos para la imposición de la medida (es decir, fraude en la adquisición y contratación o corrupción en la ejecución del contrato)	Fecha y duración de la medida

Se não foram objeto de nenhuma condenação criminal, decisões judiciais, sanção administrativa ou suspensão temporária, indique "Nenhuma".

☐ O contratado certifica que ele mesmo, incluindo seus diretores, sócios, proprietários, pessoal-chave, agentes, subconsultores, subcontratados e parceiros do consórcio ou da empresa conjunta **NÃO** estão em nenhuma lista do Conselho de Segurança das Nações Unidas nos termos do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, nem em outras listas de sanções aplicáveis.

☐ O contratante certifica que seu(s) gerente(s), proprietário(s) e pessoal, e os funcionários de seus agentes, subconsultores, subcontratados e sócios do consórcio ou da empresa conjunta **NÃO** foram objeto de condenação penal, sanção administrativa ou investigação como resultado de incidentes relacionados com assédio sexual e exploração e abuso sexual.

☐ O contratante certifica que ele mesmo, seu(s) proprietário(s), agentes, subconsultores, subcontratados e sócios do consórcio ou da empresa conjunta (joint venture) **NÃO** tem nenhum conflito de interesse real, potencial ou razoavelmente percebido e especificamente que:

---

[2] Acordo entre o Grupo do Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco Asiático de Desenvolvimento e o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento. Para mais informações, acesse: http://crossdebarment.org/.

Instituto Agropolos do Ceará

- ☐ não têm, de fato ou potencialmente, e não há indícios de que tenham, pelo menos um sócio majoritário em comum com uma ou mais das outras partes envolvidas no processo de licitação ou execução do contrato;

- ☐ não têm, de fato ou potencialmente, e não há indícios de que tenham, o mesmo representante legal que outro licitante para os efeitos deste concurso ou execução do contrato;

- ☐ não têm, de facto ou potencialmente, e não há indícios prima facie de que tenham, uma relação em comum que lhes permita aceder a informações indevidas ou não divulgadas sobre o processo de concurso e a execução do contrato ou influenciá-las, ou influenciar as decisões da entidade contratante em relação ao processo de seleção para esta aquisição e contratação ou durante a execução do contrato;

- ☐ não participam efetivamente ou potencialmente, e não há indícios de que estão envolvidos, em mais de uma oferta neste processo; e

- ☐ não têm, de fato ou potencialmente, e não há indícios a primeira vista de que tenham, uma relação comercial ou familiar com um membro do conselho de administração da entidade contratante ou o seu pessoal, o Fundo ou o seu pessoal, ou qualquer outra pessoa que tenha estado ou possa ter estado direta ou indiretamente ligada a qualquer parte de i) a preparação do documento do concurso, ii) o processo de seleção para esta aquisição e contratação, ou iii) a execução do contrato, exceto se o Fundo expressamente e por escrito autorizou a relação real, potencial ou que razoavelmente poderia dar origem a um conflito.

- ☐ **[Preencher apenas se não tiver marcado as opções anteriores]**

  O contratado declara os seguintes conflitos de interesse reais, potenciais ou razoavelmente percebidos que podem afetar, ou que outros poderiam razoavelmente considerar que poderia afetar, a imparcialidade em qualquer aspecto relevante para o processo de aquisição e contratação, incluindo o processo de seleção e execução do contrato, e entende e concorda que qualquer ação tomada pelo Fundo em relação a esta declaração será a total discrição deste:

  [fornecer uma descrição completa de qualquer conflito de interesse real, potencial ou razoavelmente percebido, incluindo também a sua natureza e o pessoal, proprietário(s), agentes, subconsultores, subcontratantes, e sócios do consórcio ou da empresa conjunta (joint venture) afetados].

☐ O contratado certifica que **NÃO** foi pago, nem dado, e que não será pago, nem dará, qualquer tipo de gratificação, honorário, comissão, presente ou elemento de valor que não figure no concurso, em relação ao presente processo de aquisição e contratação e este contrato.

Instituto
Agropolos
do Ceará

ALTERNATIVAMENTE

☐ **[Preencher apenas se não tiver marcado a opção anterior]**

O contratado declara que foram pagas ou dadas, ou serão pagas, as seguintes gratificações, honorários, comissões, presentes ou itens de valor em relação a este processo de aquisição e contratação e este contrato:

- [Nome do Destinatário/Endereço/Data/Justificativa/Valor]

- [Nome do Destinatário/Endereço/Data/Justificativa/Valor]

☐ O contratado reconhece e aceita a obrigação de notificar à entidade contratante qualquer alteração substancial relacionada com este formulário de autocertificação ao longo do período de vigência do contrato.

Instituto Agropolos do Ceará

Instruções para preencher o formulário de autocertificação

A lista de entidades e pessoas inabilitadas pelo Banco Mundial é uma base de dados onde se pode consultar a elegibilidade de uma entidade ou pessoa; dispõe de uma função de pesquisa que, uma vez inserido o nome que se deseja procurar, retorna uma página de resultados positivos ou negativos.

O contratado deve imprimir, datar e anexar a(s) página(s) de resultados ao formulário de autocertificação, onde deverá constar que não foi encontrado nenhum registro que corresponda à pesquisa.

No caso de ter encontrado registro(s) - ou seja, se a(s) página(s) de resultados mostra(m) que uma ou mais pessoas ou entidades, incluindo o próprio contratado, não podem participar em contratos do Banco Mundial por motivos de "inabilitação cruzada", o contratado deve fornecer uma descrição detalhada das sanções e sua duração conforme apropriado ou notificar a entidade contratante se considerar que é um "falso positivo".

A entidade contratante decidirá se deve prosseguir com o contrato ou permitir que o contratado faça uma substituição. Esta decisão será determinada caso a caso e deverá ser submetida à aprovação do FIDA independentemente do valor estimado do contrato proposto.

O contratante deve manter todos esses documentos como parte do dossiê geral do contrato assinado com a entidade contratante pelo período de vigência do contrato e por um período mínimo de três anos após o término deste.

Instituto Agropolos do Ceará

(Utilizar papel timbrado da instituição).

ANEXO V - CARTA DE ACEITAÇÃO DAS DIRETRIZES DE ANTICORRUPÇÃO E DO SISTEMA DE SANÇÕES BANCO MUNDIAL[3]

Pregão Eletrônico N._____

Objeto:_____

Nós, juntamente com nossos subcontratados, subconsultores, prestadores de serviços, fornecedores, agentes (declarados ou não), consultores e pessoal, reconhecemos e concordamos em cumprir a política do Banco Mundial em relação a Fraude e Corrupção (práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas e obstrutivas), conforme determinada e definida nas Diretrizes Anticorrupção do Banco Mundial[2] referentes à licitação e execução do contrato acima descrito ("o Contrato"), incluindo quaisquer emendas à mesma.

Declaramos e garantimos que, juntamente com nossos subcontratados, subconsultores, prestadores de serviços, fornecedores, agentes (declarados ou não), consultores e funcionários, não estamos sujeitos e não somos controlados por nenhuma entidade ou indivíduo que seja sujeito a uma suspensão temporária, suspensão temporária antecipada ou impedimento imposto por um membro do Grupo Banco Mundial, incluindo, entre outros, um impedimento cruzado imposto pelo Grupo Banco Mundial, conforme acordado com outras instituições financeiras internacionais (incluindo bancos multilaterais de desenvolvimento), ou através da aplicação de uma constatação de não-responsabilidade do Grupo Banco Mundial com base em Fraude e Corrupção referente a compras corporativas do Grupo Banco Mundial.

Confirmamos nosso entendimento das consequências de não cumprir as Diretrizes Anticorrupção do Banco Mundial, que podem incluir, sanções, de acordo com as Diretrizes de Anticorrupção do Banco e de acordo com suas políticas e procedimentos de sanções vigentes, conforme estabelecido no Sistema de Sanções do Banco. Isso pode incluir uma declaração pública de inelegibilidade para, por tempo indeterminado ou por um período determinado, (i) ter um contrato financiado pelo Banco adjudicado a nós ou ser por ele beneficiado financeiramente ou de outra maneira[3] (ii) ser um subempreiteiro, subconsultor, consultor, fabricante ou fornecedor, ou prestador de serviços nomeado[4] de uma empresa elegível que tenha tido um contrato financiado pelo Banco adjudicado a si; e (iii) receber os recursos de qualquer empréstimo feito pelo Banco ou continuar a participar de qualquer outra forma na preparação ou implementação de qualquer projeto financiado pelo Banco.

---

1 [Nota de redação: Este documento deve ser assinado pelo Contratado/Consultor e mantido pelo mutuário nos arquivos do Projeto e incorporado como parte do contrato.]

2 Diretrizes sobre Prevenção e Combate à Fraude e Corrupção em Projetos Financiados por Empréstimos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e por Créditos e Doações da Agência de Desenvolvimento Internacional, de 15 de outubro de 2006 e revisada em janeiro de 2011 e julho de 2016, podendo ser revista periodicamente ao tempo

Entendemos que podemos ser declarados inelegíveis conforme estabelecido acima, mediante:

a. a conclusão dos procedimentos de sanções do Grupo Banco Mundial de acordo com seus procedimentos de sanções vigentes;

b. o impedimento cruzado, conforme acordado com outras instituições financeiras internacionais (incluindo bancos multilaterais de desenvolvimento);

c. a aplicação de uma constatação de não-responsabilidade do Grupo Banco Mundial com base em Fraude e Corrupção referente a compras corporativas do Grupo Banco Mundial; ou

d. a suspensão temporária ou suspensão temporária antecipada referente a um processo de sanções do Grupo Banco Mundial em andamento.

Permitiremos e obrigaremos nossos subcontratados, subconsultores, agentes (declarados ou não), pessoal, consultores, prestadores de serviços ou fornecedores, a permitir que o Banco inspecione[5] todas as contas, registros e outros documentos relacionados ao processo de licitação e/ou execução do Contrato e tê-los auditados por auditores indicados pelo Banco.

Concordamos em preservar todas as contas, registros e outros documentos (seja em cópia impressa ou em formato eletrônico) relacionados à licitação e execução do Contrato.

Local e data

_____

Assinatura do representante legal
(Nome do(a) Representante Legal*)*

3 Para evitar dúvidas, a inelegibilidade de uma parte sancionada a receber um contrato deve incluir, sem limitação, (i) solicitação de pré-qualificação ou seleção inicial), manifestação de interesse em uma consultoria e licitação, diretamente ou como um sub nomeado - contratado, consultor nomeado, fabricante ou fornecedor nomeado, ou prestador de serviços nomeado, em relação a tal contrato, e (ii) celebrar uma adenda ou emenda introduzindo uma modificação relevante em qualquer contrato existente.

4 Um subcontratante nomeado, consultor nomeado, fabricante ou fornecedor nomeado ou prestador de serviços nomeado (nomes diferentes são usados dependendo do documento de licitação) é aquele que foi: (i) incluído pelo licitante em sua pré-qualificação ou oferta ou seleção inicial porque traz experiência e know-how específicos e críticos que permitem ao licitante atender aos requisitos de qualificação para uma oferta específica; ou (ii) indicado pelo Mutuário.

5 As inspeções nesse contexto geralmente são de natureza investigativa (ou seja, forense): envolvem atividades de apuração de fatos realizadas pelo Banco ou por pessoas nomeadas pelo Banco para tratar de assuntos específicos relacionados a investigações / auditorias, como avaliar a veracidade de uma alegação de possível fraude e corrupção, através dos mecanismos apropriados. Essa atividade inclui, sem limitação, o acesso e a análise dos registros e informações financeiras de uma empresa ou indivíduo, e a cópia das cópias conforme relevante; acessar e examinar quaisquer outros documentos, dados e informações

(em cópia impressa ou em formato eletrônico) considerados relevantes para a investigação / auditoria, e fazer cópias dos mesmos conforme relevante; entrevistar funcionários e outras pessoas relevantes; realizar inspeções físicas e visitas ao local; e obter verificação de informações por terceiros.

Instituto Agropolos do Ceará

(Utilizar papel timbrado da instituição).

ANEXO VI - FORMULÁRIO *[INSERIR NÚMERO/REFERÊNCIA]*: FORMULÁRIO DE AUTOCERTIFICAÇÃO

Preâmbulo:

De acordo com a política anticorrupção do FIDA, o Fundo poderá investigar e, quando apropriado, sancionar indivíduos e empresas, por exemplo, declarando sua inabilitação, de forma permanente ou por um período determinado, para participar de qualquer atividade ou operação financiada ou gerida pelo Fundo. Esta obrigação se aplica às sanções ou inabilitações anteriores, sem se limitar a elas. A inabilitação compreende, entre outras coisas, a impossibilidade de: i) ser adjudicatário ou beneficiar-se de qualquer forma de um contrato financiado pelo FIDA, seja do ponto de vista financeiro ou de qualquer outra forma; ii) ser subcontratado, consultor, fabricante, fornecedor, subfornecedor, agente ou prestador de serviços de uma empresa habilitada à qual tenha sido adjudicado um contrato financiado pelo FIDA; e iii) receber fundos de qualquer empréstimo ou doação fornecida por este. Além disso, o Fundo poderá reconhecer unilateralmente as inabilitações de qualquer uma das instituições financeiras internacionais signatárias do Acordo de Reconhecimento Mútuo do Cumprimento das Decisões de Inabilitação[4].

Formulário de autocertificação

O licitante deve preencher este formulário de autocertificação e enviá-lo juntamente com a oferta ou proposta para *[inserir nome da entidade contratante]*. Mais adiante neste documento estão as instruções para preencher este formulário.

Razão social do licitante:	
Nome completo e cargo do(a) representante legal do licitante:	
Objeto da aquisição ou contratação:	
Referência da aquisição ou contratação:	

[1] O Acordo de Reconhecimento Mútuo das Decisões de Exclusão foi assinado pelo Grupo do Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco Asiático de Desenvolvimento e o Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento. Para mais informações, acesse: http://crossdebarment.org/.

Instituto Agropolos do Ceará

Data:	

Certifico que sou o(a) representante autorizado(a) de *[nome do licitante]* e que as informações fornecidas acima são verdadeiras e corretas em todos os aspectos substanciais. Além disso, entendo que qualquer inverdade significativa, declaração falsa ou omissão das informações solicitadas na presente autocertificação poderá resultar na aplicação de sanções e recursos, incluindo a inabilitação permanente para participar de atividades e operações financiadas e/ou geridas pelo FIDA, de acordo com as Diretrizes do FIDA para a Aquisição de Bens e a Contratação de Obras e Serviços no âmbito dos Projetos, o Manual para a Aquisição de Bbens e a Contratação de Obras e Serviços do FIDA, e outras políticas e procedimentos aplicáveis, como:

- a Política do FIDA em matéria de Prevenção da Fraude e da Corrupção nas suas Atividades e Operações[5];
- a Política do FIDA contra a Lavagem de Capitais e o Financiamento ao Terrorismo[6], e
- a Política do FIDA sobre Prevenção e Resposta ao Assédio Sexual e à Exploração e aos Abusos Sexuais[7].

Assinatura autorizada: _____ **Data:** _____

Nome do signatário em letra de forma:_____

[2] Disponível em https://www.ifad.org/es/document-detail/asset/40189695;
[3] Disponível em https://www.ifad.org/es/w/documentos-institucionales/politicas/politica-contra-el-lavado-de-dinero-y-el-financiamiento-del-terrorismo;
[4] Disponível em https://www.ifad.org/es/document-detail/asset/40738506.

- ❑ O licitante certifica que ele próprio, seu(s) proprietário(s), agentes, subconsultores, subcontratados e sócios do consórcio ou da empresa conjunta (joint venture) **NÃO** incorreram em práticas fraudulentas, corruptas, colusórias, coercivas ou obstrutivas, bem como em crimes relacionados com a lavagem de dinheiro, o financiamento do terrorismo ou outros crimes conexos, em relação a este processo de aquisição e contratação.

- ❑ O licitante declara que ele mesmo e/ou qualquer de seus diretores, associados, proprietários, pessoal-chave, agentes, subconsultores, subcontratados e sócios do consórcio ou da empresa conjunta foram objeto de condenações penais, decisões judiciais (incluindo acordos de culpa ou outras decisões equivalentes), sanções administrativas (incluindo as proibições ao abrigo do Acordo de Reconhecimento Mútuo da Execução das Decisões de Proibição (o "Acordo de Proibição Cruzada") e/ou as suspensões temporárias indicadas a seguir[8]:

Natureza da medida (ou seja, se se trata de uma condenação penal, decisão judicial, sanção administrativa ou suspensão temporária)	Imposta por	Nome da parte condenada, sancionada ou suspensa (e relação com o licitante)	Fundamentos para a imposição da medida (ou seja, fraude na aquisição e contratação ou corrupção na execução do contrato)	Data e prazo (duración) da medida

Se não houve condenações penais, decisões judiciais, sanções administrativas ou suspensões temporárias, indique "nenhuma".

- ❑ O licitante certifica que ele mesmo, incluindo seus diretores, sócios, proprietários, pessoal-chave, agentes, subconsultores, subcontratados e parceiros do consórcio ou da empresa conjunta (joint venture) **NÃO** estão em nenhuma lista do Conselho de Segurança das Nações Unidas nos termos do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, nem em outras listas de sanções aplicáveis.

[5] O Acordo de Reconhecimento Mútuo das Decisões de Exclusão foi assinado pelo Grupo do Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco Asiático de Desenvolvimento e o Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento. Para mais informações, acesse: http://crossdebarment.org/.

Instituto Agropolos do Ceará

- ❑ O licitante certifica que ele mesmo, seu(s) gerente(s), sócio(s), proprietário(s), pessoal-chave, agentes, subconsultores, subcontratados e parceiros do consórcio ou da joint venture **NÃO** cometeram atos de assédio, exploração ou abuso sexual em relação a este processo de aquisição e contratação e este contrato.

- ❑ O licitante certifica que ele mesmo, seu(s) gerente(s), sócio(es), proprietário(s), pessoal-chave, agentes, subconsultores, subcontratados e parceiros do consórcio ou da empresa conjunta (joint venture) **NÃO** foram objeto de uma condenação penal, sanção administrativa e/ou suspensão temporária como consequência de ter cometido atos de assédio, exploração ou abuso sexual.

- ❑ O licitante certifica que ele mesmo, seu(s) proprietário(s), agentes, subconsultores, subcontratados e sócios do consórcio ou da joint venture **NÃO** têm nenhum conflito de interesse real, potencial ou razoavelmente percebido e especificamente que:

  - ❑ não têm, de fato ou potencialmente, e não há indícios de que tenham, pelo menos um sócio majoritário em comum com uma ou mais das outras partes envolvidas no processo de licitação ou execução do contrato;

  - ❑ não têm, de fato ou potencialmente, e não há indícios de que tenham, o mesmo representante legal que outro licitante para os efeitos deste concurso ou execução do contrato;

  - ❑ não têm, de fato ou potencialmente, e não há indícios claros de que tenham, uma relação em comum que lhes permita aceder a informações indevidas ou não divulgadas sobre o processo de concurso e a execução do contrato ou influenciá-las, ou influenciar as decisões da entidade contratante em relação ao processo de seleção para esta aquisição e contratação ou durante a execução do contrato;

  - ❑ não participam efetivamente ou potencialmente, e não há indícios de que estão envolvidos, em mais de uma oferta ou proposta neste processo; e

  - ❑ não têm, de fato ou potencialmente, e não há indícios claros de que tenham, uma relação comercial ou familiar com um membro do conselho de administração da entidade contratante ou o seu pessoal, o Fundo ou o seu pessoal, ou qualquer outra pessoa que tenha estado ou possa ter estado direta ou indiretamente ligada a qualquer parte de i) a preparação do documento de licitação, ii) o processo de seleção para esta aquisição e contratação, ou iii) a execução do contrato, exceto se o Fundo autorizou expressamente, e por escrito, a relação real, potencial ou que razoavelmente poderia dar origem a um conflito.

  - ❑ *[Preencher apenas se não tiver marcado as opções acima]*
    O licitante declara os seguintes conflitos de interesse reais, potenciais ou razoavelmente percebidos que podem afetar, ou que outros poderiam

razoavelmente considerar que poderia afetar, a imparcialidade em qualquer aspecto relevante para o processo de aquisição e contratação, incluindo o processo de seleção e execução do contrato, e entende e aceita que qualquer ação tomada pelo Fundo em relação a esta declaração será a total discrição deste:

[fornecer uma descrição completa de qualquer conflito de interesse real, potencial ou razoavelmente percebido, incluindo também a sua natureza e o pessoal, proprietário(s), agentes, subconsultores, subcontratantes, e parceiros do consórcio ou da empresa conjunta envolvidos].

❑ O Licitante certifica que **NÃO** foi pago nem dado, e que não será pago nem dará, qualquer tipo de gratificação, honorário, comissão, presente ou elemento de valor em relação ao presente processo de licitação.

Ou

❑ *[Preencher apenas se não tiver marcado a opção anterior]*
O licitante declara que foram pagas ou dadas, ou serão pagas ou dadas, as gratificações, honorários, comissões, presentes ou elementos de valor a seguir em relação ao presente processo de licitação:

- [Nome do receptor/Endereço/Data/Justificativa/Valor]
- [Nome do receptor/Endereço/Data/Justificativa/Valor]
- [Nome do receptor/Endereço/Data/Justificativa/Valor]

Instituto
Agropolos
do Ceará

Instruções para preencher o formulário de autocertificação

A lista de entidades e pessoas inhabilitadas pelo Banco Mundial é uma base de dados onde se pode consultar a elegibilidade de uma entidade ou pessoa; dispõe de uma função de pesquisa que, uma vez inserido o nome que se deseja procurar, retorna uma página de resultados positivos ou negativos.

O licitante deve imprimir, datar e anexar a(s) página(s) de resultados ao formulário de autocertificação.

No caso de ter encontrado registro(s) - ou seja, se a(s) página(s) de resultados mostra(m) que uma ou mais pessoas ou entidades, incluindo o próprio licitante, não podem participar em contratos do Banco Mundial por motivos de "inabilitação cruzada"-, o licitante deve fornecer uma descrição detalhada das sanções e sua duração conforme apropriado ou notificar a entidade contratante se considerar que é um "falso positivo".